



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ANA CLAUDIA PRAZERES FRANÇA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

**O JOVEM AUTISTA: ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO HÍBRIDO  
NAS CAPITAIS DA PARAÍBA E DE PERNAMBUCO EM 2020/2021.**

JOÃO PESSOA - PARAÍBA

2023

ANA CLÁUDIA PRAZERES FRANÇA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

**O JOVEM AUTISTA: ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO HÍBRIDO  
NAS CAPITAIS DA PARAÍBA E DE PERNAMBUCO EM 2020/2021.**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de mestre em educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Janine Marta Coelho Rodrigues.

PARAÍBA - JOÃO PESSOA

2023

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

A345j Albuquerque, Ana Cláudia Prazeres França C. de.  
O jovem autista : estratégias de acessibilidade no ensino híbrido nas capitais da Paraíba e de Pernambuco em 2020/2021 / Ana Cláudia Prazeres França C. de Albuquerque. - João Pessoa, 2023.  
87 f. : il.

Orientação: Janine Marta Coelho Rodrigues.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Ensino híbrido - Autismo. 2. Transtorno do Espectro Autista. 3. Adolescentes - Jovens. 4. Acessibilidade. 5. Inclusão escolar. I. Rodrigues, Janine Marta Coelho. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37-025.26:616.896(043)

ANA CLÁUDIA PRAZERES FRANÇA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

**O JOVEM AUTISTA: ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO HÍBRIDO  
NAS CAPITAIS DA PARAÍBA E DE PERNAMBUCO EM 2020/2021.**

**Dissertação defendida em 08/03/2023**

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>Dr<sup>ª</sup> Janine Marta Coelho Rodrigues

**Mestranda:** Ana Cláudia Prazeres França Cavalcanti de Albuquerque

**BANCA EXAMINADORA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



A BANCA EXAMINADORA, TENDO EM VISTA A EXPOSIÇÃO ORAL APRESENTADA PELA MESTRANDA ANA CLAUDIA PRAZERES FRANÇA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE E PROCEDIDA A ARGUIÇÃO PERTINENTE AO TRABALHO FINAL, CONSIDEROU A DISSERTAÇÃO:

- ( x ) APROVADA  
( ) INDETERMINADA  
( ) REPROVADA

MEMBROS – BANCA EXAMINADORA	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
JANINE MARTA C. RODRIGUES (Orientadora)	PPGE/CE/UFPB	<i>Janine Marta Coelho Rodrigues</i>
LÚCIA DE ARAÚJO RAMOS MARTINS	UFRN	<i>Lúcia de Araújo Ramos Martins</i>
ADELAIDE ALVES DIAS	PPGE/CE/UFPB	<i>Adelaide Alves Dias</i>

Ao meu filho, Rafael, pela inspiração e motivação em me tornar uma pesquisadora sobre o Transtorno do Espectro Autista e a todas as pessoas com TEA que lutam diariamente por mais acessibilidade na sociedade.

## AGRADECIMENTOS

Mesmo sabendo que a pesquisa é laica, começo agradecendo a Deus e a todos os santos e anjos de luz que me sustentaram e guiaram nesta caminhada. Sem fé, faltariam força para persistir nas águas turvas da vida.

Ao meu filho que me faz aprender todos os dias que o amor transforma e que a persistência e resiliência nos faz acreditar que é possível o que outrora seria impossível.

Ao meu companheiro de vida, namorado e marido, que aguentou meus choros de desespero e em todas as horas, me apoiou nos momentos mais adversos, sempre fortalecendo o que juramos em matrimônio. Obrigada meu amor!

Ao meu pai e minha mãe, por sempre acreditarem em mim. Minha mãe sempre rezando e me apoiando para que eu conseguisse vencer os obstáculos e ao meu pai pelo exemplo diário que com determinação, foco e persistência conquistamos nossos objetivos. Os dois sempre me apoiaram muito para eu chegar nas minhas conquistas. Gratidão por serem pais tão especiais!

Ao meu amado irmão, que mesmo sendo 10 anos mais novo é meu exemplo, através dele aprendi que nunca devemos deixar de transformar nossos sonhos em realidade. A minha cunhada e sobrinhas, pelos momentos de brincadeiras que tivemos durante a trajetória do mestrado. Também agradeço a todos os familiares, amigos e amigas que de alguma forma sempre emanam energias positivas para mim e me fortalecem nos desafios da vida.

A todos os meus colegas e equipe de trabalho, não vou citar um a um porque são muitos e não gostaria de esquecer de ninguém já que todos são muito importantes para mim, agradeço pela paciência, apoio e compreensão durante minhas ausências neste período tão importante da minha vida.

Agradeço em particular a Edclécia Morais, Iagrici Maranhão, Karla Cabral e Marcia Rejane, pelo exemplo profissional em docência e pesquisa, vocês me incentivaram para que me tornasse pesquisadora. A Danyelle Andrade, minha amiga-irmã, meu agradecimento especial, nunca esquecerei nossas conversas tarde da noite, dos ensaios para as apresentações e dos conselhos para que eu colocasse no papel tudo que tenho de experiência, levando contribuição para a sociedade através da ciência.

Meu agradecimento mais que especial a minha orientadora, Professora Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues, que é um ser humano incrível e por quem nutro, desde o início do meus estudos, uma das maiores inspirações para minha práticas e hoje após 2 anos de convivência

continua a me inspirar profissionalmente, mas também como pessoa. Obrigada professora pelas orientações e por cada momento de aprendizado. As palavras são insuficientes para descrever minha enorme gratidão por tudo que aprendi. A senhora é uma referência na minha vida e pude senti seu amor, carinho, compreensão e sabedoria a cada encontro presencial ou de forma remota.

Agradeço também a banca composta pelas professoras Dra. Lucia de Araújo Ramos Martins e Adelaide Alves Dias, pelas riquíssimas contribuições durante a qualificação que subsidiaram ainda mais a minha pesquisa, aos professores do PPGE da UFPB João Pessoa, no qual a cada disciplina pude aprender algo sobre a educação e a importância da pesquisa para a sociedade e ao professor Gerson da Silva Ribeiro, pelos ensinamentos e apoio. Minha gratidão a todos vocês pelas contribuições, levarei cada um como exemplo.

Aos familiares dos aprendentes por acreditar no meu profissionalismo e dedicação e em especial a cada APRENDIZ que fez e faz parte nessa trajetória de desenvolvimento e aprendizagem, meu eterno reconhecimento pelas trocas que estabelecemos em cada momento juntos.

Não posso deixar de agradecer ao eternizado Romeu Sasaki (em memória) pelo conhecimento nas dimensões da acessibilidade, a Rita Bersch com quem aprendi sobre a importância da Acessibilidade e da Tecnologia Assistiva na vida diária das pessoas com deficiência e a Renata Bonnotto pelo conhecimento adquirido no campo da linguagem e da comunicação. A partir daí trouxe esses ensinamentos para a vida de pessoas com Transtorno do Espectro Autista sendo sempre um diferencial na minha rotina diária como mãe e como professora aplicando nas aulas com meus aprendizes.

Agradeço também a todos os participantes da pesquisa das instituições públicas e privadas e em especial as instituições AMA-GETID (Associação dos Amigos do Autista Grupo de Estudo sobre o Transtorno do Desenvolvimento) e a A-IMA (Associação Integrada Mães de Autistas) na figura de seus representantes e equipe de apoio, foi através das suas mídias sociais que alcançamos as famílias para participar da pesquisa.

Gratidão a você leitor que poderá a partir dessa pesquisa, aplicar, replicar e ampliar as Dimensões de Acessibilidade para pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Finalizo os meus agradecimentos convidando a todos a sempre ACREDITAR!

Rafa “eu tenho tanto pra lhe falar  
Mas com palavras não sei dizer  
Como é grande o meu amor por você  
E não há nada pra comparar  
Para poder lhe explicar  
Como é grande o meu amor por você  
Nem mesmo o céu nem as estrelas  
Nem mesmo o mar e o infinito  
Nada é maior que o meu amor  
Nem mais bonito  
Me desespero a procurar  
Alguma forma de lhe falar  
Como é grande o meu amor por você  
Nunca se esqueça, nem um segundo  
Que eu tenho o amor maior do mundo  
Como é grande o meu amor por você  
Mas como é grande o meu amor por você”  
(Roberto Carlos Braga)

## RESUMO

O jovem autista: estratégias de acessibilidade no ensino híbrido nas capitais da Paraíba e de Pernambuco em 2020/2021.

A pessoa com Transtorno do Espectro Autista no Brasil tem seus direitos garantidos e equiparados a uma pessoa com deficiência. Promover acessibilidade é fundamental para que eles tenham autonomia e qualidade de vida. A pesquisa intitulada “O jovem autista: estratégias de acessibilidade no ensino híbrido nas capitais da Paraíba e de Pernambuco em 2020/2021” objetivou no âmbito geral, analisar as estratégias de acessibilidade adotadas no ensino híbrido pelos professores e familiares de adolescentes e jovens com autismo nas capitais da Paraíba e Pernambuco em 2020/2021. E como objetivos específicos investigamos e identificamos as dificuldades encontradas e as estratégias utilizadas para superação do desafio do ensino híbrido a partir das análises considerando o contexto e as relações de cada grupo e da catalogação das estratégias de acessibilidade praticadas por professores e familiares para os jovens autistas no ensino híbrido. Realizamos pesquisas bibliográficas, documentais e descritivas que possibilitou um breve resgate teórico do entendimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) de 1911 a 2022, conhecendo o conceito sobre o TEA desde seus primeiros teóricos até a perspectiva do Manual de Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais, edição 5 (DSM-5) e da Classificação Internacional de Doenças, edição 11 (CID 11). Para o embasamento legal de proteção específica sobre o TEA temos as políticas de proteção nas esferas federal e estadual. Também pesquisamos sobre o que é o ensino híbrido e as estratégias de acessibilidade para a inclusão escolar de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, sob a luz das acessibilidades: programática, arquitetônica/física, comunicacional, metodológica, instrumental, natural e atitudinal/social. Como pressuposto metodológico utilizamos a natureza qualitativa, do tipo exploratória e analítica. A amostra contou com (08) oito representantes de João Pessoa e (15) quinze de Recife. O instrumento utilizado foi um questionário do google forms aplicado através da mídia social. Os resultados foram analisados e categorizados a partir da análise de conteúdo. Ao final identificamos e catalogamos estratégias de acessibilidade adotadas por familiares, professores e equipe de apoio educacional para a inclusão escolar de adolescentes e jovens com TEA no ensino híbrido durante os anos de 2020/2021 na Paraíba e em Pernambuco.

**PALAVRAS CHAVES:** Transtorno do Espectro Autista; Acessibilidade; Ensino Híbrido

## ABSTRACT

The autistic young person: accessibility strategies in hybrid education in the capitals of Paraíba and Pernambuco in 2020/2021.

The person with Autistic Spectrum Disorder in Brazil has the rights guaranteed and equivalent to a person with a disability. Promoting accessibility is essential for them to have autonomy and quality of life. The research entitled “The autistic young person: accessibility strategies in hybrid teaching in the capitals of Paraíba and Pernambuco in 2020/2021” aimed, in general terms, at analyzing the accessibility strategies adopted in blended teaching by teachers and family members of adolescents and young people with autism in the capitals of Paraíba and Pernambuco in 2020/2021. And as specific objectives, we investigated and identified the difficulties encountered and the strategies used to overcome the challenge of blended learning based on analyzes considering the context and relationships of each group and the cataloging of accessibility strategies practiced by teachers and family members for autistic young people in blended teaching. We carried out bibliographical, documentary and descriptive research that allowed a brief theoretical rescue of the understanding of Autism Spectrum Disorder (ASD) from 1911 to 2022, knowing the concept of ASD from its first theorist to the perspective of the Disorders Diagnostic and Statistical Manual Mental Disorders, edition 5 (DSM-5) and the International Classification of Diseases, edition 11 (ICD 11). For the legal basis of specific protection on the ASD we have protection policies at the federal and state levels. We also researched what blended teaching is and accessibility strategies for the school inclusion of people with Autism Spectrum Disorder, in the light of accessibility: programmatic, architectural/physical, communicational, methodological, instrumental, natural and attitudinal/social. As a methodological assumption, we used a qualitative, exploratory and analytical nature. The sample had (08) eight representatives from João Pessoa and (15) fifteen from Recife. The instrument used was a google forms questionnaire applied through social media. The results were analyzed and categorized based on content analysis. In the end, we identified and cataloged accessibility strategies adopted by family members, teachers and educational support staff for the school inclusion of adolescents and young people with ASD in hybrid education during the years 2020/2021 in Paraíba and Pernambuco.

**KEYWORDS:** Autistic Spectrum Disorder; Accessibility; Hybrid Teaching.

## RESUMEN

El joven autista: estrategias de accesibilidad en la educación híbrida en las capitales de Paraíba y Pernambuco en 2020/2021.

La persona con Trastorno del Espectro Autista en Brasil tiene sus derechos garantizados y equivalentes a una persona con discapacidad. Fomentar la accesibilidad es fundamental para que tengan autonomía y calidad de vida. La investigación titulada “El joven autista: estrategias de accesibilidad en la enseñanza híbrida en las capitales de Paraíba y Pernambuco en 2020/2021” tuvo como objetivo, en general, analizar las estrategias de accesibilidad adoptadas en la enseñanza híbrida por profesores y familiares de adolescentes y jóvenes con autismo en las capitales de Paraíba y Pernambuco en 2020/2021. Y como objetivos específicos, investigamos e identificamos las dificultades encontradas y las estrategias utilizadas para superar el desafío de la enseñanza híbrida a partir de análisis considerando el contexto y las relaciones de cada grupo y la catalogación de estrategias de accesibilidad practicadas por docentes y familiares para jóvenes autistas en la enseñanza híbrida. Realizamos una investigación bibliográfica, documental y descriptiva que permitió un breve rescate teórico de la comprensión del Trastorno del Espectro Autista (TEA) desde 1911 hasta 2022, conociendo el concepto de TEA desde sus primeros teóricos hasta la perspectiva del Manual Diagnóstico y Estadístico de los Trastornos Mentales, Trastornos, edición 5 (DSM-5) y la Clasificación Internacional de Enfermedades, edición 11 (ICD 11). Para la base legal de protección específica sobre TEA, contamos con políticas de protección a nivel federal y estatal. También investigamos qué es la enseñanza híbrida y estrategias de accesibilidad para la inclusión escolar de personas con Trastorno del Espectro Autista, a la luz de la accesibilidad: programática, arquitectónica/física, comunicacional, metodológica, instrumental, natural y actitudinal/social. Como supuesto metodológico se utilizó un carácter cualitativo, exploratorio y analítico. La muestra contó con (08) ocho representantes de João Pessoa y (15) quince de Recife. El instrumento utilizado fue un cuestionario de formularios de Google aplicado a través de las redes sociales. Los resultados fueron analizados y categorizados con base en el análisis de contenido. Al final, identificamos y catalogamos las estrategias de accesibilidad adoptadas por familiares, docentes y personal de apoyo educativo para la inclusión escolar de adolescentes y jóvenes con TEA en la educación semipresencial durante los años 2020/2021 en Paraíba y Pernambuco.

**PALABRAS CLAVE:** Trastorno del Espectro Autista; Accesibilidad; Enseñanza híbrida.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA – Associação de Psiquiatria Americana

CID – 10 – Classificação Internacional de Doença 10ª edição

CID -11 – Classificação Internacional de Doença 11ª edição

DSM -V – Manual de Diagnóstico Estatístico de Transtornos mentais 5ª edição

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério de Educação e Cultura

PAEE – Plano do Atendimento Educacional Especializado

PDIE – Plano de Desenvolvimento Individual Escolar

PEI – Plano Educacional Individualizado

PI – Plano de Inclusão

PPP – Projeto Político Pedagógico

PSRM – Plano da Sala de Recursos Multifuncionais

PSR – Plano da Sala Regular

TEA – Transtorno do Espectro Autista

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Exemplo material pedagógico adaptado para a Acessibilidade Comunicacional....	37
Figura 02 - Exemplo material pedagógico adaptado para a Acessibilidade Comunicacional....	37
Figura 03 - Exemplo de agenda visual escrita para a Acessibilidade Comunicacional.....	38
Figura 04 - Exemplo de agenda visual imagem para a Acessibilidade Comunicacional.....	38
Figura 05 – Resultado do perfil das instituições que os jovens estudam.....	47
Figura 06 - Resultado dos dados de João Pessoa/PB e o perfil das escolas.....	47
Figura 07 - Resultado dos dados de Recife/PE e o perfil das escolas.....	47
Figura 08 - Resultado do nível de ensino que os adolescentes e jovens estão inseridos.....	48
Figura 09 - Resultado da idade dos adolescentes e jovens inclusos.....	51
Figura 10 - Resultado da renda familiar de João Pessoa dos adolescentes e jovens com TEA..	51
Figura 11 - Resultado da renda familiar de Recife/PE dos adolescentes e jovens com TEA.....	52
Figura 12 - Resultado da pergunta: O ensino híbrido para o aprendente com TEA foi.....	56
Figura 13 - Resultado da pergunta sobre os desafios encontrados no ensino híbrido.....	57

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 – Identificação da amostra e dos participantes da pesquisa.....	44
Quadro 02 – Caracterização dos participantes (P) da pesquisa por cidade.....	45
Quadro 03 – Caracterização do perfil da instituição nível e série dos adolescentes e jovens com TEA.....	46
Quadro 04 – João Pessoa: caracterização idade x nível x série .....	49
Quadro 05 - Recife: caracterização idade x nível x série .....	50
Quadro 06 – Resultado das respostas dos participantes de Recife/PE sobre o que eles entendem sobre ensino híbrido.....	53
Quadro 07 - Resultado das respostas dos participantes de João Pessoa/PB sobre o que eles entendem sobre ensino híbrido.....	54
Quadro 08 - Resultado das respostas para mim a acessibilidade é.....	58

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
<b>CAPÍTULO 1 - Entendendo o Transtorno do Espectro Autista de 1911 a 2022.....</b>	<b>19</b>
1.1 O Transtorno do Espectro Autista sob o olhar da saúde.....	19
1.2 O Transtorno do Espectro Autista sob o olhar da educação.....	22
<b>CAPÍTULO 2 – O Transtorno do Espectro Autista e as Políticas de Proteção.....</b>	<b>25</b>
2.1 Nacional .....	25
2.2 Do Estado da Paraíba .....	27
2.3 Do Estado de Pernambuco.....	28
<b>CAPÍTULO 3 – O Ensino Híbrido e as Estratégias de Acessibilidade para a Inclusão Escolar de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista.....</b>	<b>30</b>
3.1 Acessibilidade Programática.....	33
3.2 Acessibilidade Arquitetônica/Física.....	36
3.3 Acessibilidade Comunicacional .....	36
3.4 Acessibilidade Metodológica .....	39
3.5 Acessibilidade Instrumental.....	39
3.6 Acessibilidade Atitudinal/Social.....	40
3.7 Acessibilidade Natural.....	41
<b>CAPÍTULO 4 – Percursos Metodológicos .....</b>	<b>42</b>
4.1 Sujeitos e locais da pesquisa .....	42
4.2 Instrumentos da coleta de dados.....	42
4.3 Análise dos dados.....	43
<b>CAPÍTULO 5 – Resultados da Pesquisa.....</b>	<b>44</b>
5.1 Perfil Sociodemográfico.....	44
5.2 Ensino Híbrido.....	52
5.3 Acessibilidade.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
SUGESTÕES PROPOSITIVAS .....	66
REFERÊNCIAS .....	73
APÊNDICES.....	78
ANEXO 1.....	89
ANEXO 2.....	90

## 1. INTRODUÇÃO

A implantação do ensino híbrido ainda é bastante polêmica no meio educacional e esse debate torna-se mais complexo e intenso quando sua aplicação tem como foco pessoas com deficiência. No entanto, no ano de 2020 se fez necessário a implantação imediata dessa metodologia devido à pandemia do COVID-19.

Intitulado como “O jovem autista: estratégias de acessibilidade no ensino híbrido nas capitais da Paraíba e de Pernambuco em 2020/2021” este trabalho tem como objetivo geral, analisar as estratégias de acessibilidade adotadas no ensino híbrido pelos professores e familiares de adolescentes e jovens com autismo nas capitais da Paraíba e Pernambuco em 2020/2021. E como objetivos específicos investigar as estratégias de acessibilidade utilizadas pelos professores e familiares no ensino híbrido dos adolescentes e jovens com autismo; identificar as dificuldades encontradas e as estratégias utilizadas para superação do desafio do hibridismo; analisar os sentidos associados à acessibilidade, considerando o contexto e as relações de cada grupo; e catalogar meios de acessibilidade praticadas por professores e familiares para os adolescentes e jovens autistas no ensino híbrido.

Dividida em cinco capítulos, iniciaremos tentando entender, através de uma revisão de literatura, um pouco mais sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), de 1911 a 2022. Partiremos do pressuposto da saúde, onde o Transtorno do Espectro Autista é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a interação social e desenvolve comportamentos com interesses restritos e repetitivos. Neste capítulo temos o propósito de entender mais sobre o diagnóstico do TEA, para tal embasaremos nossos estudos nas referências de alguns dos principais teóricos e no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - edição 5 (DSM-V), em vigor desde 2013 e da Classificação Internacional de Doenças - edição 11 (CID 11) aprovada em 2019 e obrigatória a partir de janeiro 2022. Na segunda parte deste capítulo, pesquisamos sobre o TEA na perspectiva da educação, onde o professor e equipe pedagógica entendem o aprendiz na sua individualidade enquanto sujeito e não como um diagnóstico. De forma unânime, os teóricos estudados nesta pesquisa, entendem que as características da pessoa com autismo, não podem e não devem ser limitantes ao processo de ensino-aprendizagem, sendo assim, estas não podem ser excluídas pelas características limitantes do diagnóstico.

Em tempo, no segundo capítulo abordaremos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as Políticas de Proteção tanto no âmbito nacional como estadual, trazendo como referência os estados da Paraíba e de Pernambuco. As pessoas com TEA no Brasil são consideradas legalmente como “pessoas com deficiência” e conseqüentemente amparadas de

forma legal pelos direitos humanos e em leis específicas, tais como: Constituição Federal 1988, o decreto 6.949/2009 que promulgou a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (Lei 9.394/1996), a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764/2012), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (Decreto 10.502/2020), a lei de proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco (Lei 15.487/2015) e o decreto 46.540/2018 que regulamenta os artigos 4º ao 9º da lei de proteção do estado de Pernambuco e a política do estado da Paraíba de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista, lei 12.248/2022.

O terceiro capítulo é resultado da pesquisa sobre o ensino híbrido e as estratégias de acessibilidade para a inclusão escolar voltadas para pessoas com o transtorno do espectro autista, tendo como base as dimensões da acessibilidade definidas por Romeu Sassaki. Conforme citado anteriormente, no Brasil o autista é equiparado a uma pessoa com deficiência, sendo assim, toda pessoa com deficiência precisa ter as barreiras eliminadas para ter uma vida com qualidade e autonomia. Definimos ainda as acessibilidades: programática, comunicacional, instrumental, metodológica, arquitetônica/física, atitudinal/social e natural aplicadas aos jovens com autismo na educação híbrida.

Observa-se que, mesmo diante de conhecimentos sobre acessibilidade, de tantas garantias legais e produções sobre o TEA, projetos e programas que estudam tais estratégias de favorecimento para os adolescentes e jovens com autismo no ensino híbrido, são bastante escassos. Partindo desse pressuposto, levantamos algumas hipóteses que nortearam essa pesquisa, e nos questionamos sobre se é possível a inclusão do jovem autista no ensino híbrido? O que pensam os professores e familiares de jovens com autismo sobre acessibilidade no ensino híbrido? Quais as estratégias, que familiares e professores adotaram a fim de promover a acessibilidade de jovens com autismo no ensino híbrido? Quais os principais desafios encontrados no ensino híbrido?

Buscou-se nesta pesquisa respostas para tais questionamentos, lançamos a proposta de investigar. Não somente sobre as atividades desenvolvidas, mas também e principalmente sobre a forma como todos os envolvidos elaboram a ideia de ensino híbrido, traçam as estratégias e estruturam sua aplicabilidade para atender os adolescentes e jovens autistas.

Os adolescentes e jovens com autismo “são cercados por atitudes de discriminação e preconceito que envolvem o desconhecido e a desinformação” (RODRIGUES, 2015, p. 11) e muitas vezes são vítimas do capacitismo da sociedade. Tal visão se baseia em uma perspectiva

preconceituosa que percebe as pessoas com deficiência como menos capazes (VENDRAMIN, 2019).

No quarto capítulo descrevemos os percursos metodológicos, citando os sujeitos e locais da pesquisa, os instrumentos que utilizamos na coleta dos dados e como analisamos os dados. No quinto capítulo é apresentado os resultados obtidos a partir das análises das respostas dos questionários, este foi organizado em subtítulos como: perfil sociodemográfico, ensino híbrido e acessibilidade.

Acredita-se despretensiosamente, que esta pesquisa apresenta contornos de relevância social e pioneirismo no que tange à acessibilidade para pessoas com Transtorno do Espectro Autista concernente ao ensino híbrido, tendo em vista que durante o levantamento bibliográfico para elaboração do projeto, foram encontrados poucos artigos abordando a temática, denotando assim uma possível lacuna literária.

Por fim, realizamos nossas considerações finais sobre o que encontramos na pesquisa, sem a pretensão de esgotar as estratégias, deixaremos sugestões e proposições de acessibilidade para inclusão escolar de jovens com Transtorno do Espectro Autista.

# CAPÍTULO 1

## ENTENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: 1911 A 2022

### 1.1 O Transtorno do Espectro Autista sob o olhar da saúde

O primeiro trabalho em que o termo autismo foi utilizado como expressão, é datado de 1911, como autor deste trabalho temos o psiquiatra Suíço Paul Eugen Bleuler, nessa ocasião, o termo foi usado para caracterizar a perda do contato com a realidade.

Em 1926, a ucraniana Grunya Efimovna Sukhareya, publicou estudos de casos em uma revista alemã, contendo relatos das suas observações realizadas num período dois anos com seis crianças, estas faziam parte da escola terapêutica do departamento de psiconeurologia infantil onde ela atuava como médica. Neste estudo utilizou-se de termos usados por Bleuler, porém nos anos seguintes, em outras publicações, a pesquisadora substituiu o termo *psicopatia esquizóide* por *psicopatia autística*.

Em 1943, Leo Kanner, dando continuidade às pesquisas sobre o autismo, publicou em um congresso um estudo sobre um grupo de crianças que apresentavam comportamentos sociais diferentes e acreditava que o autismo deveria ser separado da esquizofrenia infantil, embora continuasse no grupo das psicoses infantis (RODRIGUES, 2015). Segundo Rodrigues (2015, p.14), “Para Kanner o autismo era visto como “inaptidão” em relações sociais normais com as pessoas e em reagir diante de situações da realidade e Bleuler uma visão de ‘ausência da realidade””.

O psiquiatra Johann Hans Friedrich Karl Asperge em 1944, em sua pesquisa denominada “psicopatia autista” definia a pessoa com autismo como alguém que teria um distúrbio do desenvolvimento, apresentando “algum retardo mental e sem atrasos de linguagem” (RODRIGUES, 2015, pág. 44).

A partir de 1968, o autismo passou a ter um diagnóstico diferente da deficiência mental e afásica. E em 1973, começou a fazer parte do quadro das psicoses infantis.

Segundo Sílvia Orrú, em 1986, Gaudere defendia o autismo como: “uma inadequação do sujeito no meio social ou uma doença crônica como se fosse um mal incurável e inabilitável, de origem orgânica, com fatores neurológicos de deterioração interacional”. (2012, pág. 22)

A mesma autora descreve em sua obra, um paralelo da visão sobre o autismo do ponto de vista da organicidade e da psicogenicidade, citando o pensamento de Gaudere ao mesmo tempo em que menciona a visão do CID-9, classificação internacional das doenças publicado em 1990,

que influenciado pela escola francesa, descreve o autismo como “decorrente de uma desorganização da personalidade no quadro das psicoses”. (ORRÚ, 2019, pág. 18)

Em 1988, Folstein e Rutter sugeriram que o autismo é multifatorial, que os fatores genéticos são importantes para a definição do autismo, no entanto não são únicos. Para eles, os fatores genéticos são associados a fatores ambientais para desencadear as características autísticas. (GARCIAS, 2013.)

A partir de 2010, com a ampliação dos estudos, o termo adotado passou a ser Transtorno do Espectro Autista (TEA), segundo Schwartzman (2011), o TEA pode ser classificado em: Autismo Infantil (AI) e Autismo Atípico (AA). No AI, as alterações se manifestam antes dos 03 anos de idade e comprometem a interação social, a comunicação, o comportamento e podem vir acompanhadas de outras manifestações indefinidas. Já no AA, elas ocorrem após a idade de 3 anos e pode não manifestar todas as perturbações reconhecidas no TEA.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V (DSM-V) em vigor desde 2013, essa condição passou a ser caracterizada principalmente por um déficit na interação social e presença de comportamentos restritos e repetitivos, havendo a possibilidade de se manifestar de forma leve, moderada e grave (APA, 2014).

O Transtorno do Espectro Autista e seus níveis de gravidade inspirado no DSM-V:

- Nível 1 de suporte é considerado um grau leve, pode apresentar prejuízo na comunicação social, no entanto ocasionalmente alguns casos precisam de suporte que outros não necessitam. Neste nível a pessoa com TEA pode apresentar comportamentos com dificuldade no planejamento, no autocuidado, dificuldade nas trocas de atividades e na organização.
- Nível 2 de suporte, mais conhecido como o grau moderado do autismo, nesse nível necessita de mais suporte, apresenta déficits de suporte na conversação e interação social, apresenta déficit na comunicação social. Pode apresentar no comportamento resistência a mudanças e precisa de tecnologia assistiva, recursos e serviços, na maior parte do tempo.
- Nível 3 de suporte é considerado o autismo severo ou grave, a pessoa apresenta muita necessidade de suporte, a tecnologia assistiva é imprescindível para a rotina diária. Apresenta dificuldades extremas com mudança, necessitam de muito suporte nas tarefas e no autocuidado. Além de, em sua grande maioria, não apresentar a linguagem verbal e um grande déficit na comunicação social.

A Classificação Internacional de Doença (CID), foi instituída pela primeira vez no ano 1893, ao longo destes anos sendo periodicamente revisada e servindo como “base estatística comparável sobre causas de mortalidade e morbidade entre lugares ao longo do tempo.” (OMS, página inicial CID 11, 2022). Em sua décima primeira edição, aprovada em 2019 na 72ª assembleia mundial de saúde, entrou em vigência no dia 01 de janeiro de 2022, toda digital e com as finalidades de registrar de forma sistemática, analisar, interpretar e comparar os “dados de mortalidade e morbidade coletados em diferentes países ou regiões e em diferentes momentos”. (OMS, página inicial CID 11, 2022).

A CID também é usada para classificação de documentação clínica, para fornecer informações padronizadas e independentes de linguagem para uso de morbidade, como alocação de recursos, casemix, segurança do paciente e qualidade do atendimento, bem como atenção primária e pesquisa. A CID e suas descrições também são usadas como marco na legislação. (OMS, 2022)

Na CID, edição 11, versão 02/2022, (OMS, 2022) o Transtorno do Espectro Autista está localizado no capítulo 6 sob o título de transtornos mentais, comportamentais ou do neurodesenvolvimento, no subitem distúrbio do neurodesenvolvimento. Neste item localizaremos o 6A02 Transtorno do Espectro Autista que a partir dessa edição está subdividido em sete tipos, são eles:

- **“6A02.0** Transtorno do espectro autista sem transtorno do desenvolvimento intelectual e com comprometimento leve ou nenhum da linguagem funcional.
- **6A02.1** Transtorno do espectro autista sem transtorno do desenvolvimento intelectual e **com** linguagem funcional prejudicada.
- **6A02.2** Transtorno do espectro autista com transtorno do desenvolvimento intelectual e com comprometimento leve ou nenhum da linguagem funcional.
- **6A02.3** Transtorno do espectro autista com transtorno do desenvolvimento intelectual e linguagem funcional prejudicada.
- **6A02.5** Transtorno do espectro autista com transtorno do desenvolvimento intelectual e com ausência de linguagem funcional.
- **6A02.Y** Outro transtorno do espectro do autismo especificado.
- **6A02.Z** Transtorno do espectro do autismo, não especificado.”

(CID 11, 2022)

Para melhor entendermos cada classificação acima se faz necessário conhecermos alguns conceitos, como: O que é Linguagem Funcional? É quando uma pessoa processa, emite e recebe a informação de maneira compreensível, através da forma corporal, gestual ou oral.

Algumas pessoas com TEA utilizam como recursos a ecolalia ou a Comunicação Alternativa para se comunicar de forma funcional. Já a Linguagem Funcional está prejudicada, quando a pessoa com TEA têm “alterações na comunicação verbal e não verbal nos níveis ou sistemas fonéticos-fonológicos, de prosódia, de processos lexicais, semânticos, sintáticos e, em especial, pragmáticos” Também quando existe a “inabilidade de iniciar e manter a conversação”. (PERISSINOTO, 2004, p.935) Nestes casos poderá haver a presença de ecolalia não funcional e tardia, muitas vezes sem nexos ao contexto.

Quando a pessoa com TEA tem o diagnóstico com transtorno de deficiência intelectual associado, isso quer dizer que, além das características autísticas a pessoa tem a função cerebral prejudicada, podendo ter déficit neurocognitivo.

A partir de janeiro de 2022 os diagnósticos passaram a ser mais detalhados de acordo com o novo CID 11, contribuindo ainda mais para uma intervenção terapêutica e educacional mais adequada ao perfil da pessoa com TEA.

## **1.2 O Transtorno do Espectro Autista sob o olhar da educação**

Historicamente a educação buscou evoluções didáticas, mesmo não havendo hegemonia em correntes educacionais, a maioria das escolas não possuem acessibilidade e muitas não se diferem daquelas do século passado. A sociedade hoje, mais do que nunca precisa pautar-se nos ensinamentos de Paulo Freire, que tinha como pilar uma educação emancipadora e motivadora, que se apropriava de descobertas de coisas novas para todos os envolvidos, buscando sempre atingir uma melhor qualidade voltada para o processo de ensino-aprendizagem, acreditando no “caráter evolutivo da realidade, exigia que a educação fosse uma atividade contínua. À medida que a sociedade evolui, a educação movida pela práxis evolui também” (TAVARES; RODRIGUES; VIANA, 2018, p.8).

Ao longo dos últimos anos, observei muitos estudos na área educacional considerando apenas as definições clínicas sobre o autismo, no entanto sem a pretensão de esgotar o tema. Entretanto, nesta pesquisa temos o objetivo de apontar como os especialistas da área de educação entendem a pessoa com o Transtorno do Espectro Autista.

Mantoan, cita em 2019 no prefácio de Orrú (2019), que a pessoa com autismo não deve ser definida pelo “diagnóstico prescritivo, fechado, porque em cada ser que ele se instala adquire formas mutantes e características que vão além da definição e das consequências do seu quadro original” (ORRÚ, 2019, p.09). Para ela o estudante com TEA precisa ser visto como um ser que

está em constante transformação e que aprende a partir das experiências vividas nos mais diversos contextos.

Silvia Orrú (2012) cita em sua obra que a palavra autismo de origem grega (*autós*), significa por si mesmo. A mesma (2013), explica que existe um perigo na supervalorização do diagnóstico, que ideias estereotipadas sobre a pessoa com TEA levam ao fracasso na inclusão escolar dos aprendizes. Tal estudante precisa ser visto na sua singularidade e individualidade de aprendiz. Não como um diagnóstico, que detém um quadro sintomático rotulado e “coisificando” o indivíduo com autismo.” (ORRÚ, 2013 pág.1.424)

A pessoa com Autismo: “deve ser concebida e compreendida como um sujeito que aprende sem desconsiderar os aspectos: biológico, social, cultural, histórico e suas singularidades que a constituem como um todo, de modo integral.” (ORRÚ, 2013, pág. 1.427)

Para Rodrigues as características do diagnóstico servem como parâmetro de conhecimento sobre o autismo. Porém, não podemos negar a gravidade do diagnóstico, pois ele não define o estudante, sendo desnecessário “agregar tabus e preconceitos” (2015, pág. 87). “Como todo ser humano, o autista também pode ser sociável, embora apresente dificuldades na comunicação, (...) comportamentos estereotipados e interesses restritos.” (2015, pág.86)

A mesma autora nos faz refletir que a pessoa com autismo, precisa ser vista como um ser com características próprias e como aprendizes. Cabe aos professores e familiares abraçarem-nas e amarem-nas, assumindo que somos humanos e que as diferenças individuais existirão.

Inspirada em Débora Nunes (2013), as características autísticas podem favorecer ao isolamento, empobrecendo as habilidades comunicativas, no entanto isso não é definidor cabendo ao professor e a equipe pedagógica olhar sem crenças limitantes. A inclusão é um direito de todos os alunos e oportuniza a interação entre pares. Segundo ela, o aluno com TEA precisa de intervenção precoce e ações inclusivas para que possa superar seus déficits nas dimensões sociocomunicativas e comportamentais.

Eugênio Cunha (2012) entende que as pessoas com autismo têm diferentes níveis de gravidade, no entanto sua condição não a limita de aprender, o autor nos diz que cabe ao professor preparar-se e dedicar-se considerando as condições de cada aluno em sua condição humana, seus atributos e sua natureza de aprendiz. Para ele, o estudante com autismo é um aprendente que necessita além da capacidade técnica do professor, “uma capacidade de educar pelo exemplo e amor.” (2012, pág. 13)

Em sua prática o professor necessita conhecer o aprendiz, entender as reais necessidades para o aprendizado, aplicar a acessibilidade atitudinal e através da pedagogia do afeto contribuir com o desenvolvimento do aprendente.

De acordo com Albuquerque e Andrade (2015), o diagnóstico é secundário, pois o principal está na singularidade da pessoa e no contexto que está inserida. As autoras indicam uma caracterização do termo TEA da seguinte forma:

**Transtorno:** é algo que está em desordem; **Espectro:** existe uma variabilidade de característica, sinais e comportamentos; **Autista:** pessoa com dificuldade na interação social, e/ou na comunicação, e/ou com interesses restritos e repetitivos, e/ou com disfunções sensoriais e/ou orgânicas. (ALBUQUERQUE; ANDRADE, 2015, p. 17)

Para elas, o TEA facilmente poderia ser denominado por Transtorno dos Espectros Autistas devido à pluralidade que cada sujeito apresenta, também entende que o diagnóstico não é o mais importante, mas as características individuais de cada pessoa.

## CAPÍTULO 2

### O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO NACIONAL, DO ESTADO DA PARAÍBA E DO ESTADO DE PERNAMBUCO

#### 2.1 Nacional

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, nesta carta magna a inclusão escolar também é garantida para todos. Assim podemos entender que as políticas nacionais estão alicerçadas na lei maior do nosso país.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), diz que adolescente é aquela pessoa com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade. Para o adolescente é assegurado em seu artigo 53º o direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Desta forma, a lei é bem clara quando determina que o adolescente com TEA, tem o direito a uma educação que o possibilite ser um cidadão e que lhe ofereça condições de trabalhar. Ainda nesta lei, no Art. 69, o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, considerando e respeitando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho”. O ECA também nos permite entender que o adolescente precisará que seus responsáveis, o poder público e a sociedade busquem alternativas que contribuam com a formação deste, tenha ele ou não, o transtorno do Espectro Autista.

Para o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Este mesmo instrumento legal garante em seu artigo 7º, parágrafo 4º que “é assegurado aos jovens com deficiência a inclusão no ensino regular em todos os níveis e modalidades educacionais, incluindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), observada a acessibilidade (...) e assegurados os recursos de tecnologia assistiva e adaptações necessárias a cada pessoa.”

No Brasil, atualmente, não existem estatísticas oficiais do governo federal sobre a quantidade de pessoas com autismo e de jovens autistas inseridos no ensino híbrido. Porém, em 2019, foi publicado no Diário Oficial da União a Lei nº 13.861/19 que sanciona a inclusão de informações específicas sobre pessoas com autismo. No censo que está sendo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) neste ano de 2022, está sendo feito este levantamento. Em breve, teremos um retrato fidedigno sobre a quantidade de brasileiros que têm o Transtorno do Espectro Autista, a partir de dados oficiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI nº 9394/96) enfatiza a importância da educação inclusiva, vez que em seu texto é afirmado que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

A partir de 2012, passamos a ter políticas específicas para garantir os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, no âmbito nacional por exemplo, a Lei Berenice Piana, que recebeu esse nome como forma de homenagear uma das mães que muito se articulou para que a lei existisse. E nos âmbitos estaduais coube às federações fomentar as suas. Para compor essa pesquisa, estudaram-se as Leis: nº 15.487, de 27 de abril de 2015 que definem a política de proteção à pessoa com TEA no estado de Pernambuco e a nº 12.248 de 15 de março de 2022 que define a política de proteção à pessoa com TEA no estado da Paraíba.

A Política Nacional de Proteção à Pessoa com Autismo, instituída através da Lei nº 12.764/2012, reconhece que, para efeitos legais, a pessoa com autismo é equiparada à pessoa com deficiência e terá os mesmos direitos e deveres. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) afirma em seu artigo 27 e no parágrafo único que:

a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Essa lei tem o Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta sua aplicação e que apesar de lenta em sua efetivação, tem como ponto de partida um norte para a articulação da sociedade na efetivação destes direitos.

Além das legislações citadas anteriormente temos como acessibilidade programática a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI e a decreto 10.502/2020 Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, ambas as legislações trazem consigo orientações de como deve ocorrer a inclusão escolar em nosso país. Esta última foi revogada no dia 01.01.2023 através do decreto Nº 11.370, aguardaremos a nova política que dará as diretrizes da educação especial no Brasil.

## 2.2 Do Estado da Paraíba

No estado da Paraíba a Política Estadual que institui a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução foi decretada e sancionada com o nº 12.248 de 15 de março de 2022.

Nesta lei temos como diretrizes em seu Art. 2º

a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista; a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação; III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes; IV - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); V - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações; VI - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; VII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País; VIII - o desenvolvimento de programas e ações que visem diagnosticar precocemente a incidência do transtorno do espectro autista, de modo a permitir a intervenção e o tratamento; IX - a disponibilização de curso de capacitação para os educadores para auxiliar no diagnóstico precoce da doença; X - o estímulo ao envolvimento e a participação da família da pessoa autista na definição e no controle das ações e serviços de saúde; XI - o desenvolvimento de instrumentos de informação, análise, avaliação e controle dos serviços de saúde, abertos à participação da sociedade; XII - o desenvolvimento de ações específicas voltadas para as escolas de ensino infantil e fundamental, públicas e privadas, como espaços importantes para o diagnóstico, inclusão e tratamento da pessoa com transtorno do espectro autista.

O projeto de lei Nº 3.769/2022 da Assembleia legislativa do estado da Paraíba instituiu o estatuto da pessoa com TEA, também chamado de lei Alexandre Dardenne, criado com o objetivo de

reunir os direitos, normas e critérios básicos para assegurar, promover, proteger e resguardar o exercício pleno e em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com transtornos do espectro autista; visando sua inclusão social e cidadania participativa plena e efetiva.

O estado da Paraíba historicamente tem a efetivação de leis que buscam garantir o direito às pessoas com deficiência, com a publicação da política específica de proteção à pessoa com TEA, vem ratificar os direitos da comunidade de pessoas com TEA.

A aplicação da legislação no estado é algo que precisa de muitas conquistas, mas a sociedade pouco a pouco através dos espaços de luta vai conquistando voz e ampliando a efetivação dos direitos.

### 2.3 Do Estado de Pernambuco

A lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, institui a política de proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências. Foi regulamentada pelo decreto nº 46.540, de 28 de setembro de 2018.

Essa lei estabelece os direitos à saúde, à assistência e à educação. Em seu decreto de regulamentação apresentam-se instrumentos de acessibilidade programática para a prática de inclusão escolar.

O Atendimento Educacional Especializado é responsável para que em até 3 meses a partir do ato da matrícula, elabore o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI e o Projeto Político Pedagógico da escola deve contemplar o Plano de Inclusão no qual deverá estar descrito como será elaborado o PDI citado acima.

O artigo 3º da lei 15.487/2015 define os seguintes direitos para pessoa com TEA:

- I - o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
- II - início de tratamento imediato, após diagnóstico, visando a um melhor prognóstico;
- III - tratamento individualizado de acordo com o nível de gravidade;
- IV - atendimento multidisciplinar e por profissionais especializados, incluindo ao menos, dentre outros: médico, psicólogo, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional;
- V - atendimento em unidade especializada, diferente das destinadas a tratamento de doenças mentais e a recuperação de dependentes químicos;
- VI - acesso gratuito a medicamentos e nutrientes, indicados em terapia nutricional, sem interrupção do fluxo, destinados ao tratamento do Transtorno do Espectro Autista e comorbidades;
- VII - informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento precoce do Transtorno do Espectro Autista;
- VIII - acompanhamento social, psicológico e psiquiátrico para seus familiares ou responsáveis, objetivando o equilíbrio emocional e estabilidade familiar para proporcionar um ambiente seguro e estimulante ao desenvolvimento da pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- IX - acesso à educação e ao ensino profissionalizante;
- X - acesso a professores capacitados para o ensino de pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- XI - acesso ao mercado de trabalho;
- XII - acesso às práticas terapêuticas integrativas e complementares, adaptadas à sua particular condição de saúde, dentre as quais se incluem a arteterapia, a equoterapia e a musicoterapia; e, (Redação alterada pelo art. 2º da Lei nº 16.748, de 16 de dezembro de 2019.)

XIII - o acesso à sala de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em todo o território do Estado de Pernambuco, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral, nos termos da Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, bem como da Lei Federal nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013; (Redação alterada pelo art. 1º da Lei 17.352, de 15 de julho de 2021.)

XIV - atendimento prioritário em lotéricas, instituições financeiras, unidades de saúde e demais estabelecimentos comerciais e de serviços; (Redação alterada pelo art. 1º da Lei 17.352, de 15 de julho de 2021.)

XV - a permanência, em tempo integral, de um acompanhante durante o internamento em hospitais, Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), maternidades e demais instituições da rede pública e privada de saúde, podendo tal direito ser restringido, excepcionalmente, por critérios médicos ou de segurança assistencial, devidamente justificados no prontuário; e, (Acrescido pelo art. 1º da Lei 17.352, de 15 de julho de 2021.)

XVI - gratuidade no transporte público metropolitano e intermunicipal de passageiros, nos termos da Lei nº 12.045, de 17 de julho de 2001 e da Lei nº 14.916, de 18 de janeiro de 2013. (Acrescido pelo art. 1º da Lei nº 17.354, de 15 de julho de 2021.)

A partir dos direitos citados acima, percebemos que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista no Estado de Pernambuco, é contemplada no que tange a acessibilidade programática, no entanto as acessibilidades comunicacionais, arquitetônicas/físicas, atitudinais/sociais, metodológicas e instrumentais ainda são negligenciadas dada a precariedade na aplicabilidade destas no cotidiano educacional.

## CAPÍTULO 3

### O ENSINO HÍBRIDO E AS ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.

A inclusão escolar está pautada em práticas que possibilitam o adolescente ou jovem com TEA a ter autonomia em todos os ambientes e ações no cotidiano educacional. “O professor é essencial para o sucesso das ações inclusivas, não somente pela grandeza do seu ofício, mas também por sua função social” (CUNHA,2013, pág. 17)

Mantoan nos aponta que a inclusão “é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós.” (2005, pág. 01).

Antes de conhecer sobre o ensino híbrido, se faz necessário entendermos o que significa ensinar. Assim deve-se compreender que “ensinar inexiste sem aprender e vice-versa”, “ensinar exige respeito aos saberes do educando” (FREIRE, 2015, pág.31), ensinar exige pesquisa e reflexão crítica sobre a prática, ensinar exige reconhecimento e identidade cultural, ensinar exige saber escutar, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (FREIRE, 2015, pág. 47)

O termo “híbrido” significa “misturado”, ou seja, ocorre ora presencial ora remotamente e poderá contar com tecnologias assistivas de baixa ou alta tecnologia. Ao se discutir sobre a educação híbrida, é importante ter a ideia de que “não existe uma forma única de aprender e na qual a aprendizagem é um processo contínuo, que ocorre de diferentes formas, em diferentes espaços” (BACICH; NETO; TREVISAN, 2015, p.51). Também vale a pena destacar que o ensino híbrido se configura como uma combinação metodológica, nesta os agentes (professores e alunos) possuem um papel importante no processo de ensino-aprendizagem. O problema atual do ensino híbrido reside na desigualdade de oportunidade e de acesso. Tal problema de foro estrutural do nosso país, por muitas vezes é interpretado como falha metodológica, quando na verdade, trata-se de falta de estrutura para implementação do hibridismo.

Híbrido também é “a articulação de processos de ensino e aprendizagem mais formais com aqueles informais, de educação aberta e em rede” (BACICH; NETO; TREVISAN, 2015, p.29) e que com responsabilidades combinadas o estudante terá um aprendizado significativo, através de experiências práticas, inovações e recursos que favoreçam a aprendizagem.

O ensino híbrido para adolescentes e jovens autistas precisa ser visto como um projeto de vida, olhando para o passado de cada estudante – sua história – para o contexto que está inserido e para o seu futuro (BACICH; NETO; TREVISAN, 2015, p.30).

Na minha vivência prática como docente, a educação híbrida possibilitou aos meus alunos adolescentes e jovens com autismo momentos individuais e coletivos, enriquecendo as aulas com metodologias ativas, como jogos, projetos, visitas técnicas, pesquisa online, aula invertida, entre outras.

No ensino híbrido a educação precisa de profissionais e familiares que tenham a visão que:

[...] os homens são seres que se superam, que vão à frente e olham para o futuro, seres para os quais a imobilidade representa uma ameaça fatal para os quais ver o passado não deve ser mais que um meio para compreender claramente quem são e o que são, a fim de construir o futuro com mais sabedoria. Ela se identifica, portanto, com o movimento que compromete os homens como seres conscientes de sua limitação, movimento que é histórico e que tem o seu ponto de partida, o seu sujeito, o seu objeto (FREIRE, 1980, p. 81-82).

Diante das dificuldades enfrentadas durante os anos de 2020/2021 o ensino híbrido foi a forma que professores olharam o presente, enfrentaram e superaram os desafios que o período pandêmico impôs. Era mister que olhassem para o futuro, na esperança de não parar o conhecimento dos seus aprendentes tentando minimizar os prejuízos educacionais e assim fizeram.

A prática de um ensino híbrido, com competências amplas e aprendizagens combinadas, “com foco em valores, projeto de vida, metodologias ativas, personalização e colaboração” (BACICH; NETO; TREVISAN, 2015, p.42) pode trazer grande contribuição para o desenvolvimento do estudante. Realizada a partir de um currículo flexível com tempo e espaços integrados, combinando encontros presenciais e virtuais, individuais e em grupo, planejados personalizadas para o processo de ensino-aprendizagem do jovem com autismo.

Segundo Fonseca e Ciola (2014, p. 162), “falar em uma forma de ensino específica para pessoas com autismo é desentender o espectro como um *continuum* de manifestações e desconsiderar a variabilidade de sinais que acompanham o transtorno”. Por isso é tão importante identificar qual o perfil do aluno e aplicar as estratégias adequadas à especificidade dele.

Sob a luz de Cunha (2013), destaca-se e faz-se necessário entender que todo o estudante com autismo, seja do mais grave ao mais leve aprendem, e que cabe ao professor e a família encontrar uma forma adequada ao perfil do estudante para ensiná-lo.

Orrú (2012, p. 168) afirma que “o educador necessita ser capacitado para que se conscientize (...) deste modo poderá sair de uma posição passiva no processo de ensino-

aprendizagem”, respeitando o sujeito como ele precisa. O educador é responsável pelo seu aprendiz e um grande motivador para a continuidade do processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Rodrigues (2015) comenta que a dimensão social na singularidade deve ser considerada e que o processo de desenvolvimento da pessoa com TEA está diretamente ligado a estimulação, ao conhecimento do perfil individualizado, ao seu contexto socioeconômico e cultural e a um atendimento educacional especializado bem ajustado ao cotidiano da família. A essência do ensino híbrido na perspectiva combinada, misturada, personalizada tem como premissa observar cada ponto deste e elaborar propostas adequadas para o estudante, mesmo que apresente algum transtorno.

Para os adolescentes e jovens com Transtorno do Espectro Autista, estudantes da escola regular é elaborado um Plano de Desenvolvimento Individual, essa é uma oportunidade do ensino híbrido ser uma ferramenta que promova a inclusão escolar.

O termo acessibilidade é amplo, mas ainda pouco considerado para as pessoas com autismo. No entanto, quando constatamos no dicionário o significado do vocábulo, percebemos o quanto é necessária uma prática inclusiva para uma pessoa com TEA.

Para o dicionário HOUAISS (2009, p.31) a palavra significa: “Qualidade ou caráter do que é acessível; facilidade na aproximação, no tratamento ou na aquisição. ETIM latim *accebitas/atis* livre acesso, acessibilidade, possibilidade de aproximação”. Para que este conceito seja colocado em prática, é imprescindível sua divulgação e compreensão pela sociedade.

Seguindo o pensamento de Sasaki (2013) ela é necessária para ter uma qualidade de vida e autonomia em diversos contextos e situações no cotidiano. Ainda de acordo com o mesmo autor (2019, p. 79) o decreto que regulamenta a acessibilidade é o 5.296, de 2/12/2004, conhecido como o decreto da Acessibilidade.

De acordo com as Leis 10.098 e 13.146 a acessibilidade é definida como:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A acessibilidade promove para a pessoa com Transtorno do Espectro Autista autonomia e independência. Promover a acessibilidade no ensino híbrido para tal público envolve uma

parceria família e escola, com responsabilidades compartilhadas entre professores, familiares e estudantes.

Sasaki (2013, p.15) estruturou a acessibilidade didaticamente em seis dimensões, sendo elas: Arquitetônica; comunicacional; metodológica; instrumental; programática e atitudinal. Em 2019 ele amplia o leque de dimensões, incluindo a natural, esta vem representar “o acesso sem barreiras aos espaços criados pela natureza. (...) A acessibilidade está em harmonia com a natureza e sem nenhum impacto em seu entorno” (Sasaki, 2019, pág. 156). Portanto, as sete dimensões propiciam à pessoa com TEA, seus professores e familiares a possibilidade de viver sem barreiras promovendo a autonomia e a qualidade de vida.

### **3.1 Acessibilidade Programática**

Para Sasaki (2019, p.162) essa significa “acesso sem barreiras invisíveis embutidas em textos normativos, tais como: leis, normas de serviço, avisos, notícias políticas da organização, manuais operacionais, regulamentos internos, etc.”

Diante da definição acima, alinhando-a com a vivência no cotidiano escolar, destaco que o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Plano de Inclusão (PI), o Plano da Sala Regular (PSR), Plano de Ensino Individualizado (PEI), o Plano da Sala de Recursos Multifuncionais (PSRM) e o Plano de Desenvolvimento Individual e Escolar (PDIE), promovem ao adolescente e jovem com Transtorno do Espectro Autista acessibilidade programática no âmbito escolar. Além dos citados, também pode-se destacar as notícias e avisos colocados nos quadros, os projetos extraescolares, os planejamentos das aulas de campo, as normas e regulamentos internos da escola.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) afirma a identidade e a forma de organização da escola, é um instrumento que precisa ser construído coletivamente pelos envolvidos e traz a transparência para a comunidade. Ele norteia a organização do trabalho pedagógico da escola e é materializado através do regimento escolar.

A Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, 9.394/96, nos indica que o PPP é um instrumento que norteia uma educação de qualidade através de ações coletivas, esse planejamento é o caminho para práticas transparentes que refletem ações seguras para o processo de ensino e aprendizagem.

O Projeto Político Pedagógico é considerado uma acessibilidade programática, pois nele contempla normas que regem a escola, ele

existe para garantir o direito de aprendizagem dos alunos e assim desenvolver suas capacidades de autoconhecimento e autocuidado, o pensamento crítico, a criatividade, o espírito inovador, a abertura às diferenças, a apreciação da diversidade, a sociabilidade, a responsabilidade e a determinação. (LOPES, 2016, p. 20)

Além disso é um instrumento norteador e tem uma grande importância na função social da escola. Nele contemplamos o funcionamento geral e a filosofia do encaminhamento das ações.

No Plano de Inclusão se contempla como ocorrerá a inclusão no contexto escolar para todas as necessidades específicas. Nele haverá as orientações norteadoras para todas as diversidades da sociedade e poderá vir anexo ao PPP ou em um documento separado. O importante é que nele esteja contemplado tudo que é necessário para que não exista discriminação e falta de acessibilidade para as pessoas que precisam de acompanhamentos diferenciados para ter equidade nas condições de acesso ao conhecimento.

O Plano da Sala Regular (PSR), instrumento que orienta como ocorrerá a mediação da aprendizagem no contexto de sala de aula. Ao ser elaborado é necessário pensar o perfil da turma e a partir daí traçar as estratégias de forma que atenda os objetivos. O PSR contempla: a matéria, o conteúdo, o(s) objetivo(s) da aula, os recursos utilizados, as metodologias utilizadas e como ocorrerá a avaliação da turma sobre determinado assunto.

O Plano da Sala de Recursos Multifuncionais (PSRM) é um instrumento para o professor do Atendimento Educacional Especializado que irá nortear seus atendimentos bem como dará base para o acompanhamento da evolução ou não do estudante. Nele será contemplado todo o planejamento que o professor irá realizar naquele dia com o aprendiz. No plano (Modelo em anexo) estará contemplado: a identificação do estudante, da deficiência, os objetivos que são pretendidos alcançar com aquele atendimento, o tempo de atendimento, a assiduidade, o conteúdo, a metodologia, os recursos utilizados e a avaliação do aprendiz naquele atendimento.

Ainda é muito controverso definir o Plano de Ensino Individualizado (PEI) no meio educacional e a inexistência de um modelo único deixa ainda mais margens para a polêmica em torno do instrumento, no entanto, mesmo assim é possível afirmar que ele é muito importante para o processo de inclusão dos estudantes com necessidades específicas, no caso desta pesquisa, estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Este plano pode vir como um documento separado ou contemplado no plano da sala regular. Ele trata como ocorrem as estratégias específicas para a inclusão do estudante no contexto da sala de aula. Nele encontramos: a matéria, o conteúdo, o(s) objetivo(s) da aula para aquele estudante específico, os recursos utilizados e as Tecnologias Assistivas que favorecerão o desenvolvimento e a aprendizagem. Também nele encontraremos as metodologias utilizadas e a forma de avaliação que ocorrerá com o estudante.

O PEI é muito confundido com o Plano de Desenvolvimento Individual Escolar (PDI-E), a existência de um não elimina a necessidade do outro, este último contempla todas as acessibilidades educacionais necessárias para a inclusão escolar, desde a acessibilidade programática até a atitudinal para que o estudante tenha autonomia e protagonismo em todo o contexto escolar, ver modelo nos apêndices.

O PDI-E conforme o artigo 2º, parágrafo XI, do decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, afirma que:

o plano de desenvolvimento individual e escolar é um instrumento de planejamento e de organização de ações, cuja elaboração, acompanhamento e avaliação envolvam **a escola, a família, os profissionais** do serviço de atendimento educacional especializado, e que possam contar com outros profissionais que atendam educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (Decreto 10.502/2020)

Em 01 de janeiro de 2023 a política citada acima foi revogada pelo novo presidente eleito legitimamente pelo povo brasileiro, estamos atualmente no Brasil tendo um recomeço e entendemos que apesar de na revogação não citar a política em vigor, a inclusão escolar e suas condições de acessibilidade está contemplada na nossa constituição federal, quando nos garante a igualdade de oportunidades independente da condição do cidadão brasileiro.

Retornando ao Plano de Desenvolvimento Individual, também é definido por Poker como um instrumento que visa: atender às necessidades de cada aluno, de forma a superar ou compensar as barreiras de aprendizagem diagnosticadas, tanto no âmbito da escola, sala de aula e familiar”. (POKER, 2013)

Em consonância com a legislação, a Poker e a minha prática profissional construí a definição do PDI-E como sendo um instrumento que visa nortear as estratégias individuais para uma inclusão escolar com qualidade e com possibilidades de acesso, eliminando ou reduzindo as barreiras programáticas, arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, metodológicas, naturais e atitudinais no contexto escolar e familiar favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem do aprendiz.

No Plano de Desenvolvimento Individual Escolar (PDIE), conforme modelo apêndice 3, temos: a identificação do estudante, descrição do perfil, suas potencialidades e suas oportunidades de desenvolvimento, tal como, todas as estratégias de acessibilidades necessárias para a inclusão escolar.

Ainda alicerçando a acessibilidade programática temos as políticas de inclusão da pessoa com TEA no âmbito nacional e as estaduais, nesta pesquisa citamos as da Paraíba e de Pernambuco.

Para eliminar essa barreira dentro da escola é mister que todos os documentos e textos, que impedem ou dificultam a plena participação do estudante com TEA, sejam revistos e reeditados de forma que garantam a inclusão escolar.

### **3.2 Acessibilidade Arquitetônica/Física**

Segundo Sasaki “acessibilidade arquitetônica é o “acesso sem barreiras físicas” construídas no interior e no entorno de edificações e espaços urbanos.” (2019, pág.129)

Para o estudante com TEA, a sala de aula tal como o ambiente escolar, pode precisar de adaptações razoáveis que assegurem a redução de estímulos que possam provocar a desorganização sensorial e comportamental.

Uma sala de aula acessível, promoverá ao aprendiz com TEA, acesso a exercer quaisquer atividades propostas com igualdade de condições aos colegas de sala.

Inspirada em Viviane de Leon podemos afirmar que um ambiente organizado e estruturado proporcionará ao aprendiz possibilidades de desenvolvimento. É necessário existir limites visuais e físicos capazes de organizar o pensamento do estudante. A estrutura física possibilita a compreensão das atividades e autonomia no manuseio dos materiais e acesso. (Grifos curso TEACCH em 2022)

Alguns aspectos precisam de forma essencial serem observados, tais como: verificar se a mobília está adequada ao aprendiz, o local, a ventilação e a luminosidade favorecem a acomodação que estimulem a aprendizagem e não gere desconforto. No ano de 2020 com as aulas remotas essas observações ficaram sob a responsabilidade dos pais, a falta dessa acessibilidade contribuiu muito para a pouca inclusão neste período.

Aos demais profissionais da comunidade escolar, cabe-lhes promover a acessibilidade arquitetônica, verificando se os ambientes e o mobiliário do contexto escolar, permitem ao aprendente autista, o desenvolvimento da autonomia e acesso a condições e oportunidades.

### **3.3 Acessibilidade Comunicacional**

A acessibilidade comunicacional é “acesso sem barreiras na comunicação”. (SASSAKI, 2019, p.143)

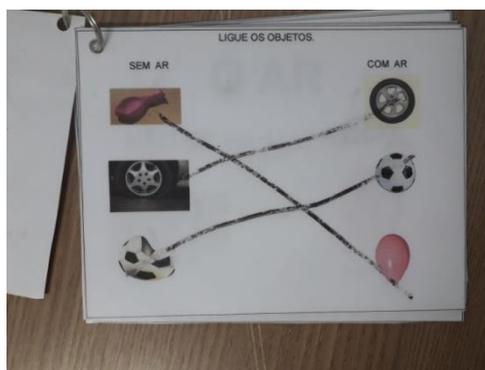
As barreiras podem estar presentes na comunicação interpessoal face a face falada ou na qual se utilizam expressões gestuais e também na comunicação escrita presente nos avisos da

escola, atividades e avaliações, materiais didáticos pedagógicos e livros. Um mesmo conteúdo pode ser apresentado de diversas formas escrita, o modelo da figura 1 e 2 abaixo são exemplos de acessibilidade comunicacional em material didático pedagógico e na atividade a ser desenvolvida.

**Figura 1**



**Figura 2**



Fonte: Material produzido pela pesquisadora para ilustrar a acessibilidade comunicacional

Essa acessibilidade poderá fazer uso da Tecnologia Assistiva de alta tecnologia, aquela que utiliza sistema de computador, aplicativos e material eletrônico ou de baixa tecnologia, que são as que usam papéis impressos com imagens e textos ou objetos concretos e miniaturas.

A escola acessível na comunicação tem adequações nas sinalizações de locais e utiliza um sistema robusto de comunicação para promover a plena participação do estudante em todos os ambientes escolares.

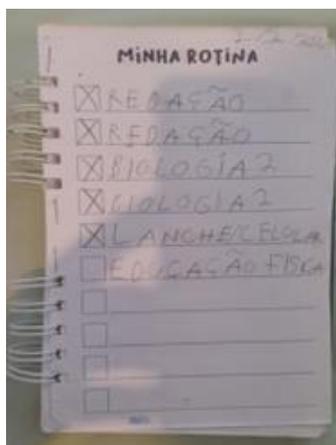
Convidamos o leitor dessa pesquisa a imaginar um estudante com TEA, não verbal e visual na forma receptiva de aprendizagem, assistindo uma aula remota e do outro lado da tela um professor apresentando uma aula oral sem suporte visual, quando de repente o computador trava, como ele fará para perguntar o que aconteceu? Como ele dará continuidade ao entendimento sobre o assunto ministrado? Porém, se naquele momento ele tem uma prancha de comunicação e/ou um acompanhante terapêutico para mediar, teríamos o mesmo cenário na acessibilidade comunicacional? Situações como esta são comuns e antecedem comportamentos disruptivos e agressivos de pessoas com TEA no contexto escolar presencial ou remoto, muitas vezes eles utilizam da comunicação gestual e corporal para informar algo e nem sempre essa comunicação é feita de forma social.

A acessibilidade comunicacional no ambiente escolar se faz necessária tanto para a comunicação expressiva quanto a receptiva. Na primeira, a pessoa usuária da comunicação terá a oportunidade de comunicar o que tem vontade e na segunda é como as outras pessoas fazem

para a informação chegar de forma adequada ao estudante com TEA, de uma forma que ele(a) entenda o que o outro quer informar.

Existem muitas estratégias e instrumentos que promovem a acessibilidade comunicacional no ambiente escolar algumas delas são: cartões ou pranchas de comunicação (físico ou eletrônico), atividades e provas livres de estímulos distratores e com linguagem adequada ao perfil do estudante, quadro interativos de comunicação, livros com imagens ou figuras que apresentam o conteúdo de forma clara, agendas visuais (imagem ou escrita) do que ocorrerá durante o período escolar (Figuras 3 e 4), rotina das atividades a serem executadas (imagem ou escrita) e outros instrumentos que devem ser definidos conforme análise do perfil do estudante e descritas no Plano de Desenvolvimento Individual Escolar.

**Figura 3**



**Figura 4**



Fonte: material produzido pela pesquisadora para ilustrar a acessibilidade comunicacional.

A Comunicação Alternativa é uma acessibilidade comunicacional e conforme cita Bonotto, ela é

um tipo de tecnologia que colabora para a eliminação das barreiras de comunicação interpessoal e as barreiras de acesso à informação e comunicação. E, somente mediante a eliminação dessas barreiras, é possível promover a independência e a participação em igualdade de oportunidades de pessoas com autismo em nossa sociedade (BONOTTO, 2016, pág. 19)

As barreiras na comunicação podem levar a pessoa com TEA a não ter estratégias adequadas para a comunicação expressiva e para a comunicação receptiva, levando ao uso de comportamentos inadequados para se fazerem entender.

Inspirada em Bonotto, podemos afirmar que a Comunicação Alternativa possibilita à pessoa com TEA participação plena e autonomia, eliminando as barreiras através da acessibilidade comunicacional.

### **3.4 Acessibilidade Metodológica**

Caracteriza-se como acessibilidade metodológica, segundo as palavras de Sasaki o “acesso sem barreiras nos métodos, teorias e técnicas” (2019, pág. 151). Considerada a barreira mais fácil de ser aplicada pelo professor em sala de aula, pois só depende dele, acessibilidade atitudinal, e sua prática pedagógica. Os professores comumente utilizam-se de diversas formas de mediação do processo ensino aprendizagem, utilizando-se para tal de vários métodos e técnicas.

Uma prática com acessibilidade metodológica precisa considerar a teoria das inteligências múltiplas, “ações pedagógicas dialógicas, onde as relações sociais entre todos sejam privilegiadas” (ORRÚ, 2019, pág. 155) e dentro do interesse do estudante.

Cabe ao professor e à equipe escolar, identificar o perfil do estudante com autismo e a partir daí, fazer uso do método que melhor contribuirá com a aprendizagem.

Nas palavras de Orrú (2019), o professor oportuniza ao aprendiz, uma participação ativa no seu processo de aprendizagem, um papel protagonista e não um mero expectador e ou depositário de conhecimento. O professor irá promover acesso às informações com qualidade e autonomia, sempre visando que este estudante seja autor do seu aprendizado.

### **3.5 Acessibilidade Instrumental**

Para Sasaki, a acessibilidade instrumental “significa acesso sem barreiras nos instrumentos, ferramentas, utensílios e tecnologias” (2019, pág. 148)

Na prática pedagógica inclusiva, o instrumento faz toda a diferença no contexto escolar, desde a bolsa, que servirá como uma acomodação sensorial, até o lápis, que contribuirá para a organização no comportamento do estudante.

Muitos pensam ou se limitam a inclusão escolar em adaptações de materiais, fazendo adaptações de grande porte adquirindo recursos que possibilitem a participação do estudante, mas a acessibilidade instrumental vai além das adaptações de materiais, pois são todas as tecnologias assistivas e materiais pedagógicos que possibilitam aos aprendizes realizar as atividades dentro do ambiente escolar e extraescolar com autonomia. Eles são identificados e catalogados a partir do perfil individual do estudante. Normalmente estão descritos no PDI-E ou no Plano da Sala Regular no campo recursos.

Alguns instrumentos que podem dar autonomia são: colas com embalagens diversas, lápis em tamanhos e formatos diferentes, livros, atividades, jogos, tintas, pincéis, objetos concretos, apresentações de slides, cartões de comunicação, pranchas de comunicação, apoiadores para os pés, guia de escrita e assinatura, encosto lombar postural, almofada de peso, apontadores, lapiseiras, cadernos com capas coloridas, adaptadores para lápis e utensílios utilizados na escola, Calçados, fardamentos e uniformes que não causam desconforto sensorial e muitos outros que são identificados após a avaliação do perfil individual do estudante.

### **3.6 Acessibilidade Atitudinal**

Essa acessibilidade impulsiona as demais, vez que todas as outras são realizadas por pessoas com atitudes não capacitistas, com práticas pedagógicas que respeitam a individualidade do sujeito.

Segundo Orrú (2013), “as barreiras atitudinais não são únicas”. Elas podem estigmatizar e envolver preconceitos e percepções inadequadas sobre o sujeito com autismo.

A acessibilidade atitudinal é descortinar a visão do sujeito envolto em um diagnóstico e ter um prisma do aprendiz, que ao se deparar com a acessibilidade adequada, terá êxito no desenvolvimento e na aprendizagem.

Mas o que seria uma acessibilidade atitudinal de um professor e da sociedade? Quando “não supervaloriza o diagnóstico clínico, tampouco ser indiferente a ele” (ORRÚ, 2013, pág. 1427). Cabe ao professor, conhecer as características individuais do estudante e a partir delas buscar estratégias de inclusão. A equipe educacional da escola, visando uma prática sem barreiras, ou seja, acessível, precisa desenvolver “práticas pedagógicas nas quais tanto a coletividade quanto a individualidade favoreçam o pleno desenvolvimento da aprendizagem do estudante”.

Sasaki (2019, pág.134) cita que a dimensão da acessibilidade atitudinal significa “acesso sem barreiras resultantes de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.” Para ele no campo da educação é necessário realizar atividades de sensibilização e conscientização, estimular a convivência entre os alunos com as mais diversas características, ser uma pessoa sem comportamentos discriminatórios que propaguem atitudes que promovam a alegria, a motivação, a cooperação, o respeito e a inclusão.

Derrubamos a barreira atitudinal quando acreditamos na pessoa e em suas potencialidades, buscando alternativas nas outras acessibilidades, para que desta feita, a pessoa com autismo supere os obstáculos impostos pelas características do diagnóstico.

### **3.7 Acessibilidade Natural**

Essa dimensão de acessibilidade é a que encontramos na natureza e as ações realizadas pelo homem deverão estar em harmonia com o ambiente natural. A aprendizagem ocorrerá através de vivências em ambientes naturais que apresentem: pedras, plantas, flores, terra, água, entre outros.

O ensino-aprendizagem ocorrerá através das descobertas sensoriais em ambientes que a própria natureza contribuirá com o aprendiz.

Na acessibilidade Natural o ambiente está pronto para favorecer as experiências necessárias de forma autônoma.

# CAPÍTULO 4

## PERCURSOS METODOLÓGICOS

### 4.1 Sujeitos e Locais da Pesquisa

Esta pesquisa tem natureza qualitativa, do tipo exploratória e analítica. De acordo com Turato (2003), neste tipo de pesquisa o interesse do pesquisador está voltado para o estudo dos dados colhidos e para o sentido da fala do participante, tendo como referência seus dados interpretativos e descritivos.

Ela está de acordo com as Resoluções nº 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, que regulamentam as pesquisas envolvendo seres humanos. Antes da coleta dos dados, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba. Foram prestados esclarecimentos ao público pesquisado sobre a natureza do estudo, através do texto introdutório do questionário enviado e do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, onde cada pesquisado antes de responder deixou sua assinatura digital. Além do termo digital, as instituições parceiras na coleta dos dados da pesquisa, assinaram um termo de anuência, anexo 1 e 2.

A coleta de dados ocorreu em parceria com grupos do aplicativo de Whatsapp das Organizações Não-Governamentais, Associação Integrada Mães de Autistas (A-IMA) situadas na cidade de João Pessoa (Paraíba) e a Associação Amigos do Autista – Grupo de Estudo sobre o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (AMA-GETID), com sede na cidade do Recife (Pernambuco), ambas são formadas por pai, mãe, familiares, profissionais e amigos de pessoas com autismo. A pesquisadora enviou o link do questionário para os presidentes de cada associação que replicaram aos seus associados cadastrados no Whatsapp. Em tempo, também foram contactados e convidados a participar da pesquisa, pais, professores e acompanhantes pedagógicos, que estão envolvidos com a inclusão escolar de adolescentes e de jovens autistas que moram em João Pessoa e ou em Recife, e que estudam em instituições públicas ou privadas de ensino regular na educação fundamental II, Ensino Médio ou Superior.

### 4.2 Instrumentos da Coleta de Dados

A pesquisa ocorreu 100% (cem por cento) online de forma remota, devido ao distanciamento social necessário para o período pandêmico.

Como instrumento de pesquisa utilizamos um questionário sociodemográfico. Ele tem a função de levantar informações que auxiliem na caracterização dos grupos de familiares e

professores, além de explorar as experiências dos participantes com relação às estratégias adotadas no ensino híbrido de adolescentes e jovens com TEA.

Para a aplicação dele, utilizamos formulários do *Google Forms* com perguntas abertas e fechadas. O público pesquisado recebeu-o através da mídia social Whatsapp, de forma individual e em grupo, sendo necessária a aceitação do termo de concordância na participação da referida pesquisa, antes de responder ao questionário. Todos os participantes da pesquisa responderam sim para o termo de livre consentimento livre esclarecido que estava na folha de rosto do questionário, caso não aceitasse participar as demais perguntas na sequência não seriam abertas para serem respondidas.

No questionário, colocamos itens relativos à técnica de complementação de frases, nestas, o participante foi convidado a finalizar uma frase iniciada pelo pesquisador: “Para mim, acessibilidade é...”; “O ensino híbrido na minha prática foi...”; “O ensino híbrido para meu filho(a) foi...” e “As estratégias utilizadas durante o ensino híbrido foram...”.

### **4.3 Análise dos Dados**

Inicialmente definimos que a amostra seria de 20 (vinte) participantes, sendo 10 (dez) para as capitais de cada estado. No entanto, retornaram 28 questionários, 15 (quinze) de Recife/PE, 08 (oito) de João Pessoa/PB e 05 (cinco) não identificaram a cidade que o adolescente/jovem com autismo estuda. Esses questionários sem identificação da cidade não tiveram suas respostas analisadas, pois sem a devida informação é impossível verificar se estão no escopo desta pesquisa.

Nas questões fechadas, utilizamos técnicas estáticas descritivas compilando os dados e identificando o perfil da amostra pesquisada.

Para manter o anonimato e o sigilo da pesquisa os questionários não têm identificação com os nomes dos entrevistados, na análise das respostas cada participante foi identificado como P, sequenciados por ordem de devolutiva do google forms, tendo cada questionário uma identificação de P1, P2, P3, (...), finalizando no P28.

Para a análise das perguntas abertas dos questionários foi utilizado a análise categorial temática e análise das expressões. A análise das respostas das questões abertas, observamos as narrativas, catalogamos e classificamos, da seguinte forma: acessibilidade programática; acessibilidade arquitetônica/física; acessibilidade comunicacional; acessibilidade metodológica; acessibilidade instrumental; acessibilidade natural; acessibilidade atitudinal/social.

# CAPÍTULO 5

## RESULTADO DA PESQUISA

### 5.1 Perfil Sócio-demográfico

Os resultados obtidos nas questões fechadas são dados do perfil sociodemográfico da amostra pesquisada. Nos quadros, identificamos a amostra e os participantes da pesquisa, caracterizamos os participantes por amostra e descrevemos a caracterização do perfil da instituição, nível, série e idade dos adolescentes e jovens com Transtorno do Espectro Autista.

No quadro 1 abaixo, identificamos os participantes da amostra por cidade, Recife/PE e João Pessoa/PB e os participantes que não tiveram suas respostas analisadas devido à falta de identificação do local onde o jovem com autismo estudava.

#### Quadro 01- Identificação da Amostra e dos Participantes da pesquisa

<b>Amostra</b>	<b>Participantes (P)</b>
Recife/PE	P1; P2; P3; P4; P5; P8; P9; P10; P12; P20; P23; P25; P26; P27 e P28.
João Pessoa/PB	P13; P14; P17; P18; P19; P21; P22 e P24
Não identificou a cidade	P6; P7; P11; P15 e P16

Fonte: Dados coletados na pesquisa em 2022

Ao total recebemos 28 devolutivas dos questionários, sendo que cinco deles não tiveram as respostas analisadas devido à ausência da identificação da cidade onde o jovem com autismo estuda. O quadro a seguir identifica a relação que o respondente do questionário tem com o jovem estudante com autismo.

### Quadro 02- Caracterização dos participantes (P) da pesquisa por cidade

Participante (P)	Recife	João Pessoa
Pai	1 (P28)	0
Mãe	9 (P1, P3, P5, P8, P9, P23, P25, P26 e P27)	6 (P13, P14, P18, P19, P21 e P24)
Professor(a)	2 (P4 e P12)	0
O próprio estudante	0	0
Acompanhante Escolar	3 (P2, P10 e P20)	2 (P17 e P22)
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>8</b>

Fonte: Dados coletados na pesquisa em 2022

Os dados mostram que tanto em Recife/PE, quanto em João Pessoa/PB existe a prevalência da participação das mães no acompanhamento da pessoa com TEA, sendo na maioria dos casos, a pessoa mais ativa pelo processo de desenvolvimento e aprendizagem do aprendiz.

Das pesquisas analisadas, 100% (cem por cento) dos adolescentes e jovens autistas citados pelos entrevistados eram do gênero masculino. Isso vem ratificar que estatisticamente o Transtorno do Espectro Autista tem uma prevalência mais em meninos do que em meninas. Conforme publicou o Centro de Controle de Doenças Norte-Americano (2022) que “os meninos foram 4 vezes mais propensos a serem identificados com TEA do que as meninas”. Devido à ausência de dados oficiais brasileiros sobre esta prevalência, utilizamos dados dos Estados Unidos da América, no censo de 2022 realizado pelo IBGE foi coletado dados sobre os brasileiros com autismo, esperamos que em breve esses dados sejam divulgados e tenhamos dados oficiais dessa parcela da população brasileira.

No quadro 3 encontramos as respostas por participante, cada um informou sobre o perfil da instituição, pública ou privada, que o adolescente ou jovem estuda, o nível de ensino (educação fundamental II, ensino médio ou ensino superior) e a série que está incluso em sala regular.

**Quadro 03 - Caracterização do perfil da instituição, nível e série dos adolescentes e jovens com Transtorno do Espectro Autista.**

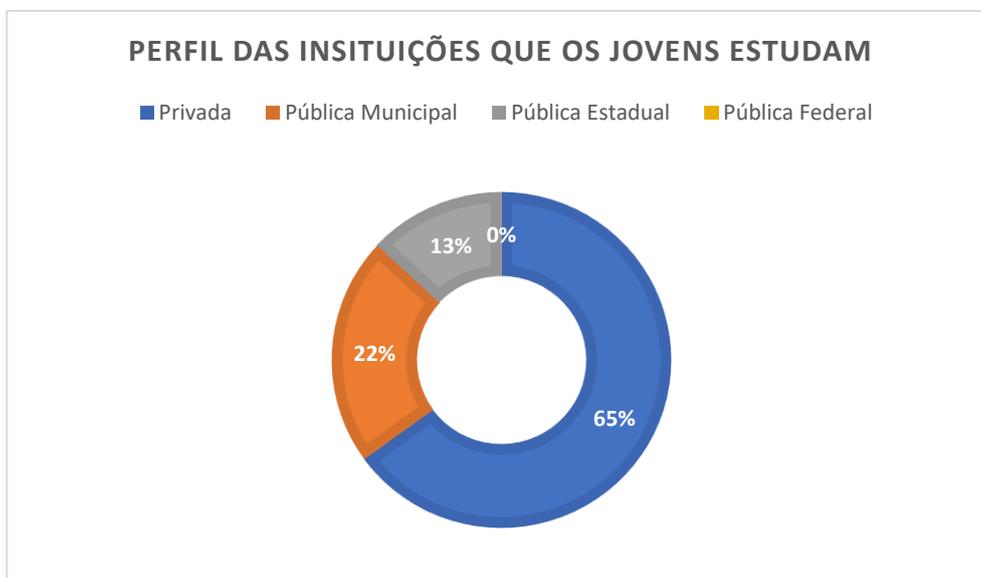
<b>Participante</b>	<b>Perfil da Instituição</b>	<b>Nível Inserido</b>	<b>Série</b>
<b>P1</b>	Privada	Ensino Médio	1º ano
<b>P2</b>	Privada	Ensino Médio	1º ano
<b>P3</b>	Privada	Fundamental II	Não soube
<b>P4</b>	Privada	Ensino Médio	1º ano
<b>P5</b>	Privada	Fundamental II	9º ano
<b>P8</b>	Privada	Ensino Médio	2º ano
<b>P9</b>	Pública Estadual	Ensino Médio	2º ano
<b>P10</b>	Pública Estadual	Ensino Médio	2º ano
<b>P12</b>	Privada	Ensino Médio	9ºano ao 3º
<b>P13</b>	Pública Municipal	Fundamental II	7º ANO
<b>P14</b>	Pública Municipal	Fundamental II	6º ANO
<b>P17</b>	Pública Municipal	Fundamental II	9º ANO
<b>P18</b>	Pública Municipal	Fundamental II	não soube
<b>P19</b>	Pública Estadual	Fundamental II	7º ano
<b>P20</b>	Privada	Fundamental II	8º ano
<b>P21</b>	Privada	Fundamental II	não soube
<b>P22</b>	Privada	Fundamental II	6º ano
<b>P23</b>	Privada	Fundamental II	8º ano
<b>P24</b>	Pública Municipal	Fundamental II	8º ano
<b>P25</b>	Privada	Fundamental II	9º ano
<b>P26</b>	Privada	Fundamental II	6º ano
<b>P27</b>	Privada	Ensino Médio	1º ano
<b>P28</b>	Privada	Ensino Médio	1º ano

Fonte: Dados coletados na pesquisa em 2022

De acordo com os dados representados no quadro 3 acima, a maioria dos estudantes são de escolas privadas, estudam no fundamental II entre as séries do 6º ao 9º anos. Esses dados são ratificados na figura 05 a seguir, a qual aponta que 65% estudam em escolas privadas, 23% em escolas públicas municipais e 13% em escolas públicas estaduais, com essas informações

pode-se afirmar que juntando as duas cidades a maioria dos adolescentes e jovens com TEA pesquisados estudam em escolas privadas.

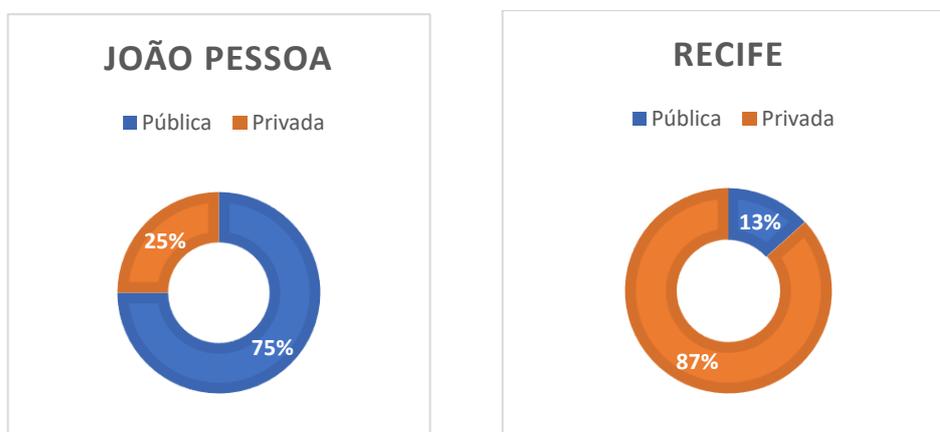
**Figura 05** – Resultado do perfil das instituições que os jovens estudam.



Fonte: Dados do pesquisador em 2022

Isso não se reflete quando detalhamos os dados nas figuras 06 e 07, após dividi-los entre as cidades de Recife/PE e João Pessoa/PB, na qual a maioria dos estudantes estudam em escolas públicas conforme a figura 7 apresentada a seguir. No entanto, a amostra dos questionários respondidos representando os adolescentes e jovens com TEA de Recife/PE apontam uma maior incidência destes estudantes em escolas privadas.

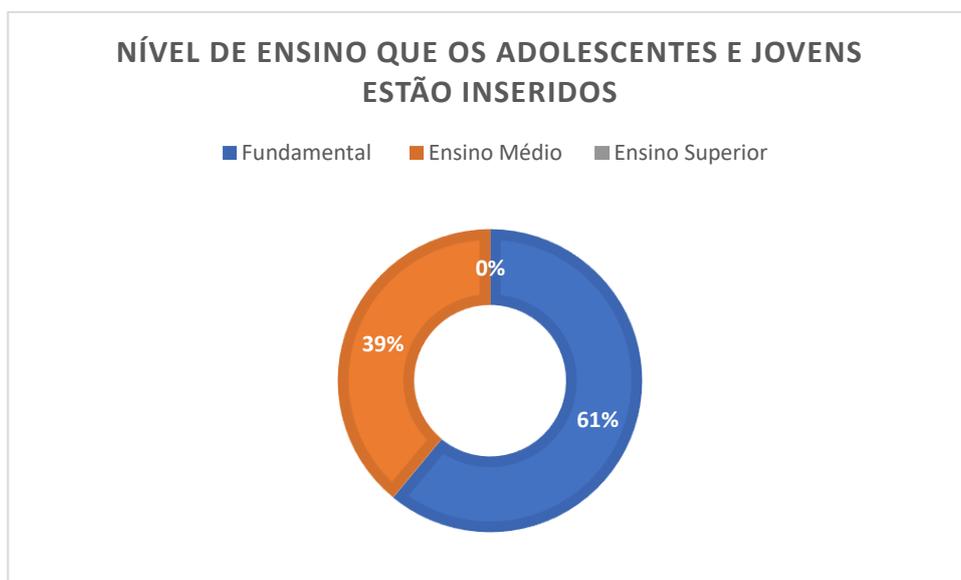
**Figura 06 e 07-** Resultados dos dados de João Pessoa e Recife referente ao perfil das escolas.



Fonte: Dados do pesquisador em 2022

Na Figura 08, a seguir, é possível observar que os adolescentes e jovens desta pesquisa estão inseridos 61% na educação fundamental II e 39% no ensino médio, não houve representação de jovens com Transtorno do Espectro Autista incluso no ensino superior. Sabe-se que a inclusão escolar de pessoas com TEA é um processo que está avançando nos últimos anos, a pesquisa está refletindo o que a sociedade gradativamente está conquistando nos contextos escolares.

**Figura 08 - Resultado do nível de ensino que os adolescentes e jovens estão inseridos.**



Fonte: Dados do pesquisador em 2022

Este cenário, quando separamos os dados por cidade, conforme o quadro 04, a seguir, nos informa que em João Pessoa/PB 100% estão inseridos na Educação Fundamental II, distribuídos nas séries do 6º ao 9º ano e com idades que variam entre 12 e 16 anos.

**Quadro 04 – João Pessoa: caracterização idade x nível x série**

<b>JOÃO PESSOA</b>			
<b>Participante</b>	<b>Idade</b>	<b>Nível</b>	<b>Série</b>
<b>P14</b>	12	Fundamental II	6º ANO
<b>P18</b>	12	Fundamental II	não soube
<b>P22</b>	12	Fundamental II	6º ANO
<b>P21</b>	13	Fundamental II	não soube
<b>P13</b>	14	Fundamental II	7º ANO
<b>P19</b>	14	Fundamental II	7º ano
<b>P17</b>	15	Fundamental II	9º ANO
<b>P24</b>	16	Fundamental II	8º ano

Fonte: Dados do pesquisador em 2022

No quadro 05 estão os resultados referente à Recife/PE, neste analisamos que temos mais estudantes incluídos no ensino médio, tendo uma maior predominância no 1º ano. Em seguida a Educação Fundamental II representados por 06 participantes distribuídos pelas séries de 6º ao 9º ano.

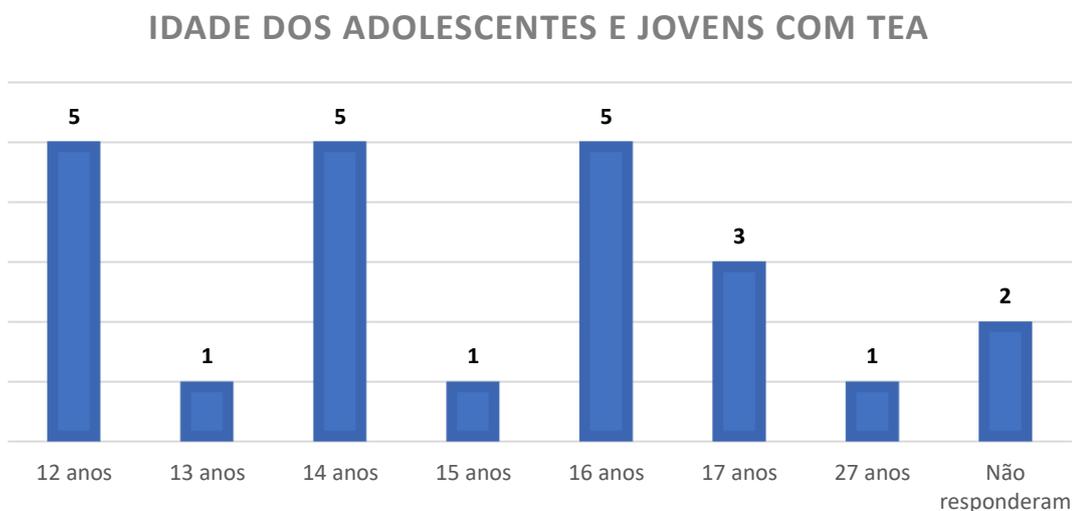
**Quadro 05 – Recife: caracterização idade x nível x série**

<b>RECIFE</b>			
<b>Participante</b>	<b>Idade</b>	<b>Nível</b>	<b>Série</b>
<b>P3</b>	12	Fundamental II	não soube
<b>P26</b>	12	Fundamental II	6º ano
<b>P5</b>	14	Fundamental II	9º ano
<b>P20</b>	14	Fundamental II	8º ANO
<b>P23</b>	14	Fundamental II	8º ANO
<b>P1</b>	16	Ensino Médio	1º ano
<b>P2</b>	16	Ensino Médio	1º ano
<b>P27</b>	16	Ensino Médio	1º ano
<b>P28</b>	16	Ensino Médio	1º ano
<b>P8</b>	17	Ensino Médio	2º ano
<b>P9</b>	17	Ensino Médio	2º ano
<b>P25</b>	17	Fundamental II	9º ano
<b>P10</b>	27	Ensino Médio	2º ano
<b>P4</b>	-	Ensino Médio	1º ano
<b>P12</b>	-	Ensino Médio	9ºano ao 3º

Fonte: Dados do pesquisador em 2022

Outro aspecto que é importante discutir no resultado da caracterização do nível escolar é que não obtivemos dados do ensino superior em Recife/PE e João Pessoa/PB.

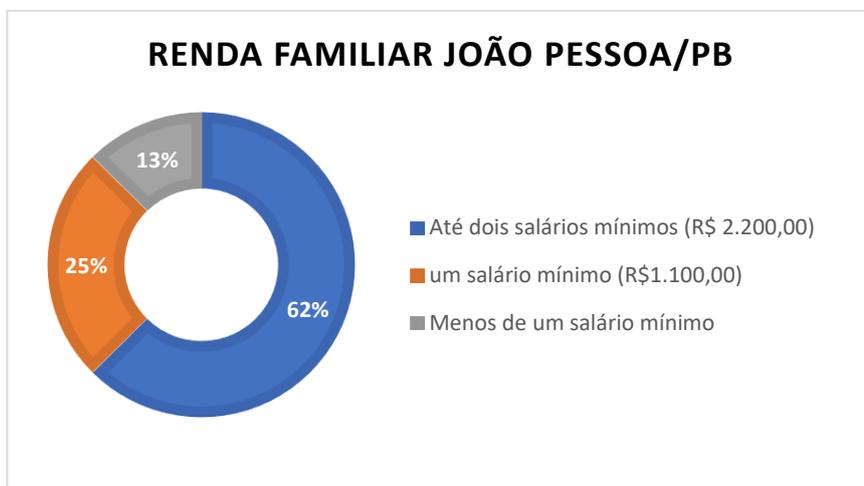
Na figura 09, teremos outro dado do perfil sociodemográfico, a idade, dos adolescentes e jovens com TEA inclusos no ensino híbrido foram: 5 com 12 anos, 01 com 13 anos, 05 com 14 anos, 01 com 15 anos, 05 com 16 anos, 03 com 17 anos, 01 com 27 anos e 02 não responderam. Estes dados revelam que a maioria está inclusa na faixa etária da série regular, exceto o caso do P10 que aos 27 anos está incluso no 2º ano do ensino médio na rede regular de ensino.

**Figura 09 - Resultado da idade dos adolescentes e jovens inclusos**

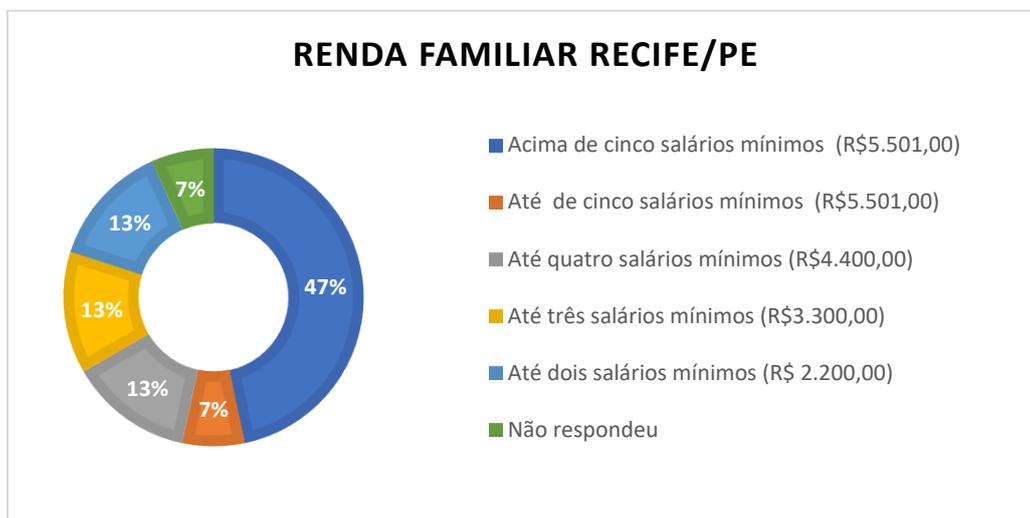
Fonte: Dados do pesquisador em 2022

Em seguida, analisamos a renda familiar do adolescente / jovem com autismo, dividida por estado, uma vez que ao unir os dados não retrataríamos a realidade local de cada cidade.

Observamos na figura 10 que em João Pessoa/PB a concentração de renda dos pesquisados tem a predominância de até dois salários mínimos (R\$ 2.200,00) considerando o salário mínimo do ano de 2021, R\$ 1.100,00 (Hum mil e cem reais). Esse dado está alinhado com a predominância de estudantes incluídos na rede pública de ensino, uma vez que a renda familiar precisa possibilitar as garantias básicas como: saúde, educação, moradia, assistência social, alimentação, transporte, vestimenta e lazer para todos da família.

**Figura 10 - Resultado da renda família de João Pessoa/PB dos adolescentes e jovens com TEA.**

**Figura 11** - Resultado da renda familiar do Recife/PE dos adolescentes e jovens com TEA.



Fonte: dados da pesquisa 2022.

Na figura 11, é possível observar, que em Recife/PE, 47% dos pesquisados responderam que o jovem com autismo mora em residências com renda acima de cinco salários mínimos (R\$ 5.501,00), 7% até cinco salários mínimos (R\$ 5.500,00), 13% até quatro salários mínimos (R\$ 4.400,00), 13% até três salários mínimos (R\$ 3.300,00), 13% até dois salários mínimos (R\$ 2.200,00) e 7% não responderam essa pergunta. Esse dado está em consonância com o fato da maioria estudar em escolas particulares, visto que 87% estudam em escolas privadas e 13% em escolas públicas, conforme figura 07.

## 5.2 Ensino Híbrido

Apresentando os resultados da categoria “ensino híbrido”, é importante indicar que de forma geral o termo “híbrido” é de conhecimento da maioria. No entanto, se faz necessário ampliar o debate sobre o ensino híbrido.

A literatura aponta que o ensino híbrido significa um ensino misturado, realizado de diversas formas e com diversas metodologias. Na pesquisa foi solicitado aos participantes explicar em poucas palavras o que eles entendem por ensino híbrido. Assim, sabendo que ensino híbrido é um ensino combinado capaz de atender a forma como o(a) aprendente melhor fará a aquisição do conhecimento.

Nos quadros 6 e 7 observamos os resultados da fala dos participantes das cidades de Recife/PE e João Pessoa/PB, nos quais percebe-se que no geral os pesquisados têm uma noção

do que significa o termo híbrido. No entanto, a maioria dos participantes confundem o ensino híbrido como sendo presencial e remoto ou online e outros desconhecem, afirmando que nunca ouviram falar sobre o ensino híbrido.

**Quadro 06 – Resultado das respostas dos participantes de Recife/PE sobre o que eles entendem sobre ensino híbrido.**

<b>Participante (P)</b>	<b>Respostas</b>
<b>P1</b>	<i>“Um ensino combinado, capaz de identificar as necessidades do educando.”</i>
<b>P2</b>	<i>“Uma possibilidade acessível de potencializar a aprendizagem.”</i>
<b>P3</b>	<i>“Possibilitar a junção do ensino virtual e o presencial.”</i>
<b>P4</b>	<i>“Um ensino que utiliza diferentes ferramentas pedagógicas, estimulando o protagonismo e a autonomia dos alunos.”</i>
<b>P5</b>	<i>“É uma proposta de ensino presencial e on-line.”</i>
<b>P8</b>	<i>“Utiliza aulas presenciais e on-line.”</i>
<b>P9</b>	<i>“Aulas presenciais e à distância ao mesmo tempo.”</i>
<b>P10</b>	<i>“Estratégia alternativa”</i>
<b>P12</b>	<i>“Existem vários tipos de ensino híbrido, desde os monitorados on-line, como aulas práticas direcionadas.”</i>
<b>P20</b>	<i>“Sala de aula física e ensino online.”</i>
<b>P23</b>	<i>“Ensino virtual com aulas telepresenciais e aulas presenciais alternadamente.”</i>
<b>P25</b>	<i>“Parte na escola e parte remoto.”</i>
<b>P26</b>	<i>“Presencial e online.”</i>
<b>P27</b>	<i>“Mix de aulas presenciais e remotas.”</i>
<b>P28</b>	<i>“Ensino presencial e online, com aulas em casa ou remota”</i>

Fonte: Dados da pesquisa 2022.

**Quadro 07 – Resultado das respostas dos participantes de João Pessoa/PB sobre o que eles entendem sobre ensino híbrido.**

<b>Participante (P)</b>	<b>Respostas</b>
<b>P13</b>	<i>“No caso do híbrido a aula é sempre melhor presencial.”</i>
<b>P14</b>	<i>“Estuda em casa e às vezes presencial.”</i>
<b>P17</b>	<i>“Aulas presenciais e online”</i>
<b>P18</b>	<i>“Nunca ouvi falar sobre esse ensino”</i>
<b>P19</b>	<i>“Uma pessoa estuda por meio da internet, online”</i>
<b>P21</b>	<i>“A distância e presencial”</i>
<b>P22</b>	<i>“Quando realizamos de forma presencial e também online”</i>
<b>P24</b>	<i>“Infelizmente pra quem tem TEA e outras deficiências é mais difícil aprender presencialmente e imagina online”.</i>

Fonte: Dados da pesquisa 2022.

No quadro 6, estão os resultados das respostas por participante da cidade do Recife/PE e eles não divergem dos resultados de João Pessoa/PB, quando na fala dos participantes fica claro que a maioria confunde ensino híbrido como sendo apenas uma proposta de presencial e remoto/online. O ensino híbrido é realizado de forma presencial ou remota e é um ensino combinado realizado a partir da “articulação de processos de ensino e aprendizagem mais formais com aqueles informais, de educação aberta e em rede” (BACICH; NETO; TREVISAN, 2015, p.29)

Dando continuidade à pesquisa, foi perguntado, se na opinião do pesquisado, é possível a inclusão de adolescentes e jovens com TEA no ensino híbrido e em João Pessoa/PB, 75% responderam SIM, é possível e 25% responderam que NÃO. Na sequência solicitamos que em poucas palavras eles explicassem suas respostas. Os que responderam não, explicaram que “em casa ele não terá a mesma concentração” e a outra argumentou que se não faz atividade “na sala, imagina dessa forma, zero”. Alguns que responderam que SIM, explicaram que:

*“Eu acredito que com dedicação e empenho, qualquer criança, jovem ou adulto conseguem aprender, só dependem do amor, carinho determinação e comprometimento de quem acompanha e da instituição que recebe eles.”*

*“Desde que tenha um suporte individualizado para realização das atividades de forma oral, com amparo na execução de provas.”*

*“Dependendo do grau do autismo.”*

*“Dependendo do grau do autismo é possível, sim, mas meu aluno, por exemplo, não assiste aula online de forma alguma, ele não aceita.”*

*“No ensino híbrido com as dificuldades que muitos têm, a aula presencial é sempre melhor.”*

A partir das falas dos participantes ratifica-se que está confuso o entendimento sobre o que é um ensino híbrido, muitos ainda associam a forma de ensino presencial ou remoto/online. O ensino híbrido se configura como uma combinação metodológica que será desenvolvida a partir das necessidades individuais dos aprendizes. Além disso, algumas pessoas falam que depende. Colocam como a condição de que depende do “grau do autismo”, passando a ideia de que o ensino híbrido não seria possível para todos.

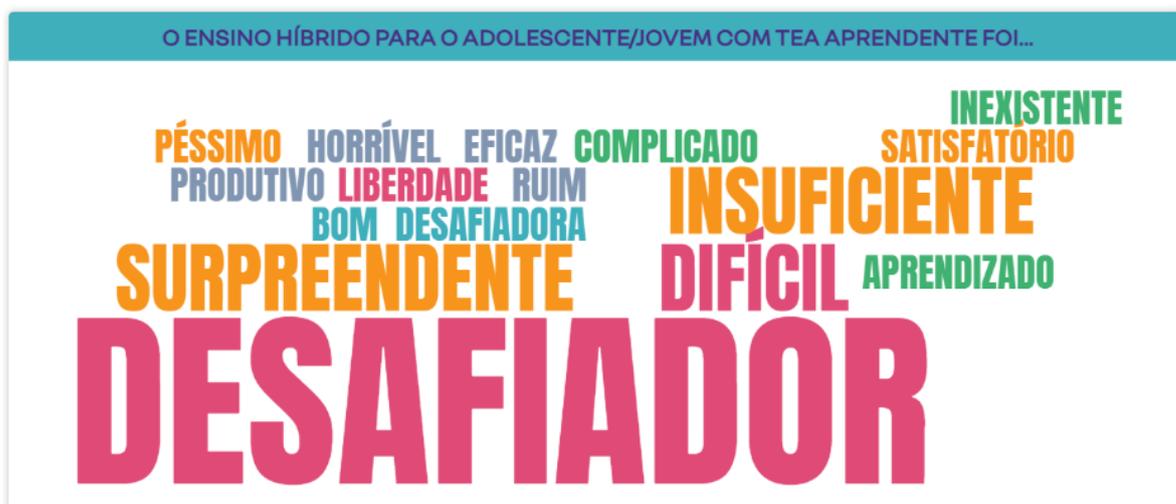
Em Recife/PE, 100% dos pesquisados afirmaram que, em sua opinião, é possível a inclusão de adolescentes e jovens com TEA no ensino híbrido. Eles explicaram que

*“Muitas vezes a opção remota é muito mais efetiva, porque o aluno consegue ficar mais concentrado e imune às interferências de uma sala presencial.”; “O fato de ser individualizado dará chance ao estudante ter algo próximo do que ele precisa.”; “Acredito que é uma excelente ferramenta para estudante com TEA, uma vez que suas especificidades podem ser completadas com maior relevância e significado.”; “Com a parceria entre a escola, profissionais e família é possível possibilitar ao jovem o ingresso do ensino híbrido, com as adaptações necessárias.”; “É necessário incluir essas práticas, sobretudo, para uma inclusão digital.”; “Acredito que sem as alterações ambientais de sala de aula algumas crianças com TEA podem se beneficiar.”; “Depende do perfil do aluno, da adequação da aula e atividades por parte da escola e professores, disponibilidade de recursos e capacitação do mediador que apoia o jovem com TEA em casa.”; “A sobrecarga de estar exposto às exigências do convívio social seriam minimizadas.”; “Complicado, mas possível com adaptações.”; “Alguns se adaptam melhor.”; “Com um programa estruturado, é possível sim a inclusão.”; “Desde que haja recursos e estratégias para adaptação das atividades e maior interação com o aluno com TEA.”*

Após analisar cada resposta percebe-se que na fala de todos existe a possibilidade de um ensino misturado, adaptado às particularidades do aprendiz, capaz de a partir da individualidade do estudante promover diferentes processos de ensino-aprendizagem.

Ainda sobre o ensino híbrido, solicitamos aos participantes (P) da pesquisa que com uma palavra complementasse a frase: o ensino híbrido para o adolescente/ jovem com TEA aprendente foi..., por meio da figura 12, observamos a diversidade das respostas.

**Figura 12** – Resultado da pergunta o ensino híbrido para o aprendente com TEA foi...



Fonte: dados da pesquisa 2022.

Na figura 12, através da nuvem de palavras é possível observar que, o pai, as mães, os professores e os acompanhantes escolares obtiveram diferentes opiniões sobre o ensino híbrido para o adolescente e jovem com TEA aprendente, tendo as seguintes respostas por participante: desafiador, desafiadora, produtivo, surpreendente, liberdade, aprendido, satisfatório, difícil, ruim, péssimo, horrível, bom, inexistente, insuficiente, eficaz e complicado.

Estes resultados nos mostram a diversidade de experiências sobre o que representa o ensino híbrido para o público pesquisado. A prevalência da palavra desafiador reflete que a família e a escola mais do que nunca precisam estar alinhadas e em busca de alternativas para superar os obstáculos encontrados no ensino híbrido e procurando incessantemente estratégias para promover a inclusão escolar em um contexto adverso.

Assim, entende-se que essas palavras refletem opiniões antagônicas, construídas pelas experiências do cotidiano de cada um, refletindo a desigualdade de experiência dos estudantes conforme cada contexto vivido.

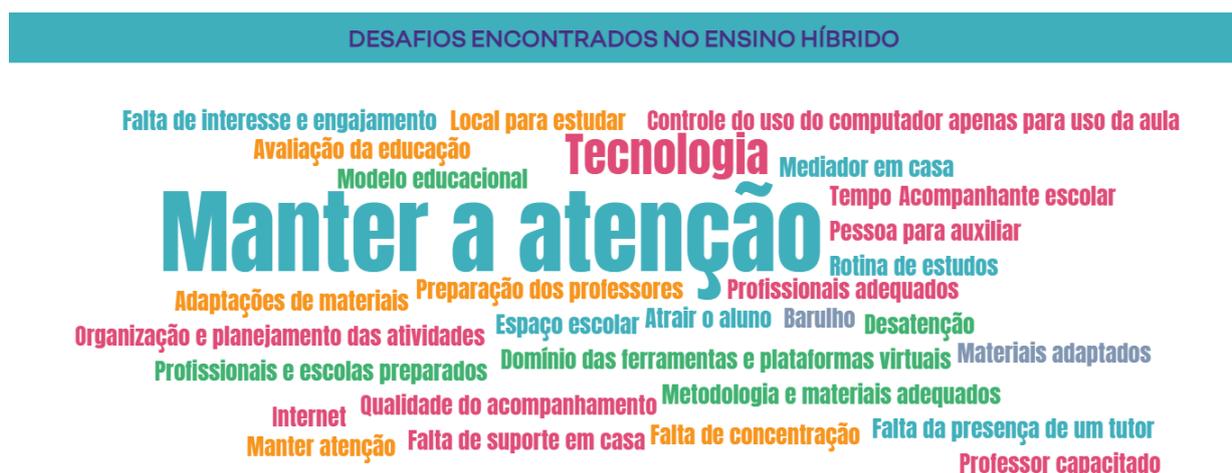
Quando os pesquisados foram questionados sobre os desafios encontrados no ensino híbrido responderam que

*“manter a atenção é sempre um desafio”; a “ausência de autocritica quanto aos péssimos resultados do modelo educacional implantado nas últimas décadas. Os resultados são horríveis, mas agem como se nosso país liderasse os rankings internacionais de avaliação da educação nos países.”; “a preparação dos professores para estabelecer contato e criar adaptações de materiais que proporcionem maior interesse no aluno.”; “o espaço escolar não está preparado plenamente”; “Atrair e manter a atenção na aula, bem como o desenvolvimento do vínculo entre professor e aluno.”; “Organização e planejamento das atividades que atendam das duas demandas (presencial e a distância), bem como, o domínio das ferramentas e*

*plataformas virtuais.*”; “Encontrar **profissionais e escolas preparadas com metodologias e materiais adequados.**”; “a **tecnologia**”; “**Manter o aluno assistindo aula remota por muito tempo.**”; “**Qualidade do acompanhamento** de quem está online.”; “**Profissionais adequados.**”; “Ter o **controle do uso do computador apenas para as aulas no tempo determinado para tal.**”; “**manter a atenção** do aluno durante as aulas online, **mediador em casa** para auxiliar nas atividades de classe, os pais trabalhando home office ou trabalhando fora, no caso de sensibilidade auditiva a aula online se mostrou muito **barulhenta.**”; “**Tempo e uma pessoa para auxiliar**”; “Tem muitos que nem sei”; “Quando se trata de aula online implica muito na **desatenção.**”; “**acesso a tecnologia** que ainda hoje não é acessível a todos.”; “**Falta de interesse e engajamento.**”; “em casa não tem **acompanhante escolar e um local para estudar.**”; “**A falta da presença de um tutor** para tirar dúvidas que normalmente tem como tirar no presencial e outra por mais que a gente **simule uma rotina de estudos** para que eles não se sintam longe da escola, nunca é igual (...).”; “**A falta de concentração, o suporte em casa para assistir aula, internet, dificuldade para tirar dúvidas e oferecer atenção ao aluno.**” e “**Conseguir atenção da criança e material adaptado, como também professor capacitado para tal**”.

Na figura 13, os resultados das respostas dos questionários foram colocados em uma nuvem de palavras/frases. Nela podemos observar a maior incidência das palavras/frases e elas representam os desafios encontrados pelos entrevistados no ensino híbrido nos anos de 2020 e 2021 nas cidades de João Pessoa/PB e Recife/PE. Em uma das respostas o entrevistado afirmou que tanto “*para meu filho e para mim foi péssimo*”. Diante dessa afirmativa, percebemos a angústia vivenciada por esse familiar e que dependendo das experiências do cotidiano da residência os desafios impactaram mais de forma positiva ou negativa na vida dos familiares e professores de adolescentes e jovens Transtorno do Espectro Autista.

**Figura 13** – Resultado da pergunta sobre os desafios encontrados no ensino híbrido.



Fonte: dados da pesquisa 2022.

Conforme resultado da figura acima muitos foram os desafios. No entanto, **manter a atenção** foi o maior desafio enfrentado pelos pesquisados, seguido da **tecnologia**.

### **5.3 Acessibilidade**

No quadro a seguir temos as respostas dos 23 participantes aos quais solicitamos que completassem a frase: Para mim acessibilidade é...

#### **Quadro 08 – Para mim acessibilidade é...**

<b>Respostas</b>
<i>Autonomia e qualidade de vida.</i>
<i>Legitimação e conjugação dos verbos ir, vir, estar, participar, aprender e viver na primeira pessoa do singular.</i>
<i>Todos e tudo.</i>
<i>Dignidade e Cidadania.</i>
<i>Fazer adaptações que todos possam usufruir.</i>
<i>Igualdade de Oportunidades.</i>
<i>Ser considerado individualmente com todas as suas facilidades e dificuldades no processo educacional de modo a avançar ao máximo em seu potencial de atingir o aprendizado sem as barreiras da massificação que tentam igualar todas as pessoas.</i>
<i>Promover a equidade.</i>
<i>Existem vários tipos, desde a estrutura escolar quanto ao tipo, seja ela tecnológica ou não.</i>
<i>Incluir, ensinar e respeitar.</i>
<i>Essencial.</i>
<i>Mecanismos que possibilitam pessoas a terem alternativas para acessar meios que garantam sua cidadania, seus objetivos e desenvolvimento.</i>
<i>Sei nem responder essa pergunta.</i>
<i>Colocar gente que tenha condições de ensinar, pessoas qualificadas.</i>
<i>Na realidade escolar, a acessibilidade é oferecer possibilidades para que o aprendiz chegue ao objetivo sem grandes barreiras/ dificuldades, com maior nível de assertividade e autonomia.</i>
<i>Dar acesso respeitando as limitações de cada um, incluindo e não segregando.</i>
<i>A possibilidade de todos terem direito e aprendizados de forma uniforme e igualitária, suprimindo as dificuldades dentro da individualidade de cada indivíduo.</i>
<i>Conferir meios para que o aluno possa aprender independentemente de suas dificuldades ou deficiências.</i>
<i>Inclusão e inclusão é amor.</i>
<i>Estar incluso em um ambiente diverso.</i>
<i>Dar possibilidades/opções.</i>
<i>Adaptações para que todas as pessoas tenham acesso aos serviços necessários.</i>
<i>Ter processos adaptados para cada necessidade.</i>

Fonte: Dados da pesquisa 2022

Após conhecer cada frase criada pelos entrevistados percebe-se que o conceito amplo sobre acessibilidade precisa ser mais difundido, pois a prática só conseguirá ser implementada de forma eficiente e eficaz a partir do momento que a sociedade tiver conhecimento do significado amplo desse termo. Entendemos que a maioria em sua fala compreende o que é a acessibilidade e que ela pode promover algo benéfico para a sociedade, além do termo remeter a infinitas possibilidades de inclusão, autonomia e qualidade de vida.

Ainda sobre as respostas do quadro 08 acima, pode-se afirmar que a acessibilidade está interligada aos conceitos de inclusão, adaptação, equidade, autonomia, aprendizado e caminhos para garantia da cidadania. Estando alinhado ao conceito sobre acessibilidade definido na Lei Brasileira de Inclusão que em seu Art. 3º, define a acessibilidade com sendo a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, tanto na zona urbana como na rural (...)” Ao nos depararmos com as respostas sobre a acessibilidade e ideias abstratas e ao não saber responder, ratifica-se o quanto ainda é necessário o fomento da informação sobre o termo e seus benefícios aos mais diversos espaços na sociedade.

A acessibilidade é um termo que possibilita romper as barreiras existentes na sociedade. Através dela a pessoa com TEA poderá superar as barreiras impostas pelo transtorno e com autonomia buscar uma melhor qualidade de vida.

Utilizando a técnica de complementação de frase, solicitamos que cada participante da pesquisa descrevesse as estratégias que utilizou durante o ensino híbrido. A seguir, catalogamos as respostas por dimensão de acessibilidade, definidas por Sasaki e apresentadas no capítulo 3 desta pesquisa.

- Acessibilidade Arquitetônica

*“Organização do quarto, da bancada de estudos e do ambiente onde ocorriam as aulas.”; “Espaços acessíveis.”; “Tornar o local com menos estímulos possíveis para que a transmissão se tornasse a única atração”; Iluminação, ventilação, cadeiras e mesas adequadas, mesa próxima à janela para alternar o campo de visão com a luz do sol, o verde e imagens distantes. Controle possível do barulho”; “Cadeira e banca confortável, mas o meu filho só queria assistir aula deitado na cama do quarto.”; “Adaptamos o ambiente e o mobiliário necessário (Cadeira, mesa e computador).”*

As respostas acima demonstram que os participantes realizaram alterações no ambiente físico para promover a acessibilidade arquitetônica aos adolescentes e jovens com TEA inclusos no ano de 2020/2021 em João Pessoa/PB e em Recife/PE.

Algumas respostas citadas pelos pesquisados em acessibilidade arquitetônica, não pertencem a esse tipo de acesso e outras remetem a ideias abstratas e demonstram desconhecimento sobre o que vem a ser uma acessibilidade arquitetônica/física, reforçando o que abordamos anteriormente da necessidade de mais informação sobre a acessibilidade e suas dimensões.

- Acessibilidade Programática

*“Plano de Desenvolvimento Individual ao momento vivenciado.”; Readequação do planejamento das propostas práticas.” e “(...)Plano de aula.”*

Das 23 respostas sobre a acessibilidade programática, três citam as estratégias adotadas e as demais respostas remetem a ideias abstratas. Pode-se afirmar que a acessibilidade programática elimina as barreiras invisíveis, muitas vezes imperceptíveis no cotidiano, elas estão embutidas nos textos, nas normas, nos documentos, nos planejamentos, nos planos de desenvolvimento, nos planos de aula e outros documentos que quando escrito suas ações são colocadas em prática. O cenário citado acima ratifica ainda mais a necessidade de fomentar o conhecimento sobre acessibilidade programática, pois é por meio dela que as demais acessibilidades são colocadas em prática.

- Acessibilidade Comunicacional

*“Agenda visual, comunicação alternativa, adaptação das atividades e vídeos com modelagens.”; “Comunicação clara, objetiva, frases curtas, exemplos concretos e pouca abstração”; “Reuniões periódicas de curta duração.”; “Usar ferramentas de comunicação alternativa com materiais adaptados e agenda visual.”; “Contato individualizado por Whatsapp com professores e coordenadores.”*

A acessibilidade comunicacional acontece quando é possível ao estudante com Transtorno do Espectro Autista entender, através da comunicação receptiva, e explicar, através da comunicação expressiva, tudo que queira obter, informar, negar e socializar com o outro agente comunicativo. Ela possibilita ter autonomia em sua comunicação social e promove ao

estudante ser mais participativo no cotidiano escolar. Inspirado em Viviane de Leon (grifos do curso TEACCH em 2022) quando a comunicação ocorre, favorece a autoestima, possibilita compartilhamento, experiências e sentimentos.

A acessibilidade comunicacional para os jovens com TEA com déficit na comunicação, sendo verbal ou não verbal, precisará de Tecnologia Assistiva na categoria da Comunicação Alternativa, de sistemas robustos capazes de superar as barreiras na comunicação.

Rita Bersh e Mara Sartoretto (2017, p.198), citam que “a comunicação é multimodal. Para comunicar utilizamos palavras, expressões faciais, gestos, atitude postural, sons em diferentes tons e outros”. Elas também afirmam que “as imagens, os símbolos gráficos, os sinais existentes no ambiente como luzes, sons e organização dos objetos também comunicam”. As autoras também afirmam que “dar acessibilidade por meio de recursos de comunicação alternativa ou outros constitui apenas uma parte do processo que levará o aluno com deficiência ao aprendizado”. (BERSH; SARTORETTO, 2017, p.199)

- Acessibilidade Metodológica

*“Os professores enviaram vídeos com atividades complementares e durante as aulas davam exemplos concretos. A Acompanhante Terapêutica realizava um vídeo ao vivo individual como reforço dos assuntos ministrados com o grupo.”; “Desafiadores. Vídeos, atividades coloridas e diversificadas com a finalidade de buscar o interesse do jovem em realizá-las.”; “Comunicação assertiva, diagnóstico preciso e adaptação de todo e qualquer recurso.”;*

A acessibilidade metodológica é a mais descomplicada de ser implementada, uma vez que os professores habitualmente não utilizam apenas uma abordagem para mediar o ensino-aprendizagem. No entanto, no período da pandemia, devido o afastamento social e a limitação de recursos para ministrar a aula, foi bem desafiador para os docentes buscar alternativas após o uso das telas, pois muitos nunca tinham ministrado aulas pelo computador e tiveram que se adequar rapidamente para atender a demanda exigida pelo contexto vivido. Possibilitar acessibilidade metodológica significa realizar aulas com métodos, técnicas e teorias que possibilitem o desenvolvimento e aprendizagem do discente. A maioria dos participantes da pesquisa não complementaram essa afirmação. Uns a deixaram sem resposta e outros afirmaram que “*como pai não se sentia habilitado para fornecer essa acessibilidade*” e que “*trabalharam da melhor forma possível*”.

Assim, percebe-se que a acessibilidade metodológica também precisa ser amplamente difundida, se faz necessário ampliar o conhecimento de métodos e técnicas que viabilizem a

peessoa com TEA a se desenvolver e aprender nos mais diversos contextos, o ensino híbrido é uma forma de trazer mais acessibilidade metodológica ao contexto escolar.

- **Acessibilidade Instrumental**

*“Vídeo aulas gravadas, lápis 8B para ajudar na escrita, estojo com materiais adequados, mesa e cadeira confortáveis, computador com internet rápida, objetos concretos para exemplificar as aulas, fichários para organizar as atividades, jogos e cadernos com identificação dos professores e matérias.”; “Constante fichas, livros e atividades lúdicas que tinham a temática trabalhada.”; “(...)materiais enviados pela escola para compreensão e assimilação.”; “Eficientes, pois disponibilizaram o acesso a tecnologia para aqueles que não tinham computadores ou internet, podendo utilizar o espaço escolar.”; “(...)buscar aulas no Youtube para esclarecer e reforçar os conteúdos das salas. O material didático, no nosso caso, não precisa adaptar.”; “Jogos educativos.”; “lápis, caneta, cadernos, materiais concretos, (...)”*

A acessibilidade instrumental envolve todas as tecnologias, instrumentos e materiais pedagógicos que são utilizados no contexto escolar. Essa acessibilidade é a mais comum e a mais conhecida pelos profissionais da educação e pelos pais. Quando uma atividade, livro ou avaliação é adaptada de forma adequada o caminho para inclusão na execução das atividades é favorecido, pois elimina as barreiras na hora de executar o que é proposto em sala. Um aspecto importante a se discutir é que, para muitos pais e profissionais, a acessibilidade educacional está limitada ao instrumento. Algo que não é verdade, pois a inclusão escolar vai além das barreiras que limitam o fazer.

Quanto aos resultados dos questionários respondidos observamos que apesar de ter havido um número maior de respostas adequadas sobre a acessibilidade instrumental, ainda existe desconhecimento de estratégias que eliminem essa barreira. Atualmente existem muitos instrumentos vendidos no mercado, mas eles só trarão acessibilidade instrumental se estiverem de acordo com o perfil individual do estudante, adequados às necessidades individuais.

Houve 18 respostas com ideias abstratas que não complementaram a afirmação sobre as estratégias que foram realizadas no período do ensino híbrido, isso também nos mostra que, assim como as demais acessibilidades, essa precisa de mais estudos e disseminação sobre o termo.

- **Acessibilidade Atitudinal**

*“Respeitamos o limite dele no período das aulas remotas.”; “Conversa com os professores e com a direção. O Acompanhante Escolar preparava as complementações das aulas.”; “ausências de situações*

*problemas dessa natureza.”; “implantação da pedagogia relacional.”; “a escola atendeu, mas ainda falta muito para o ideal.”*

Podemos indagar o que seria uma acessibilidade atitudinal? É quando não existem barreiras provocadas por preconceitos, estigmas e discriminações. Considerada por muitos uma das barreiras mais difíceis de serem enfrentadas, visto que a sociedade ainda tem visão capacitista para todos que são atípicos. Mas, se fizermos uma reflexão, o que é ser atípico? Chegaríamos à conclusão que é algo incomum. Entretanto, façamos a seguinte reflexão: o ser humano é comum? Faz parte da pessoa humana ser diferente nas suas especificidades.

É preciso que a acessibilidade atitudinal no ensino híbrido seja *“Um reflexo do ambiente presencial e onde houver espaço para o pré-conceito o estudante com TEA se manifeste.”*

Para alguns participantes a acessibilidade foi vivenciada de forma negativa, pois segundo seus relatos ela foi *“Insatisfatória, já que as estratégias não puderam ser executadas, como acompanhamento escolar dos alunos quando assistiam aula.”* ou *“Não houve”* resposta que aparece mais de uma vez.

Isso nos sinaliza que a acessibilidade atitudinal, assim como as outras, precisa ter seu conceito disseminado para que possamos fomentar na sociedade um pleno debate desconstruindo as barreiras sociais impostas no cotidiano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno do Espectro Autista ao longo dos anos passou por diversas formas de interpretação. Atualmente, para a legislação, a pessoa com TEA é equiparada a uma pessoa com deficiência e para a maioria dos profissionais de saúde o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que se caracteriza por déficit na comunicação social e interesses restritos e repetitivos. Outrossim, para a maioria dos profissionais da educação é uma pessoa que tem características próprias que a partir do contexto e da acessibilidade recebida consegue aprender e se desenvolver.

No Brasil a Política de Proteção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em 2022, completou 10 anos, muitas das garantias contidas na lei ainda precisam sair do papel, mas a partir dela muitas conquistas foram efetivadas. Seguindo a legislação nacional cada estado passou a instituir a sua própria política.

Após análise dos resultados pesquisados, constatamos que a inclusão escolar de jovens autistas na educação híbrida é um tema que ainda precisa ser bastante pesquisado. No entanto, afirmamos que é possível a inclusão de jovens autistas no ensino híbrido, desde que se utilizem estratégias que promovam a acessibilidade de forma adequada. O ensino híbrido é um ensino onde existe uma combinação de formas de mediação do conhecimento e, através do qual, as metodologias se entrelaçam com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento e aprendizagem.

Os aprendizes com autismo identificados na pesquisa estavam incluídos em turmas do Ensino Fundamental II distribuídos nas séries de 6º ao 9º ano e do Ensino Médio, representado por jovens do 1º, 2º e 3º anos. Nesta pesquisa, não tivemos a representação de aprendizes do ensino superior. A faixa etária foi de 12 a 27 anos e os aprendizes estudavam em escolas públicas e particulares de João Pessoa e Recife.

Quanto à acessibilidade percebe-se que é um assunto ainda pouco conhecido pelas famílias, apesar de algumas entenderem a sua importância e de terem colocado em prática algumas estratégias.

Os professores e familiares de jovens com autismo nesta pesquisa demonstraram ter opiniões antagônicas, uns veem a acessibilidade no ensino híbrido como algo bom, eficaz, e até mesmo satisfatório enquanto outros a consideram algo ruim, péssimo, horrível. Também é importante registrar que saindo dessa polaridade temos aqueles que a consideram como um desafio.

Na maior parte da pesquisa podemos identificar que existem estratégias de acessibilidade aplicadas no cotidiano. Entretanto, muitas vezes não se sabe identificá-las por dimensões e, tão pouco, a importância de ter aquela estratégia implementada.

Nas respostas dos pesquisados podemos observar que muitas das práticas utilizadas eram definidas e realizadas a partir das necessidades que surgiam e a maioria informou que o maior desafio foi a manutenção da atenção, seguido pelo uso da tecnologia. Isso nos diz que ter acesso e conhecimento ao mundo tecnológico ainda é algo desigual em nossa sociedade. Quanto ao maior desafio que foi manter a atenção, se ratifica o que é vivenciado no cotidiano escolar presencial, algo que está em constante debate, e que através das metodologias ativas se busca fomentar a atenção e o engajamento do aprendiz.

Muitas foram as estratégias adotadas e apontadas pelos entrevistados, no entanto, percebe-se que este assunto ainda precisa ser amplamente estudado e difundido para que a inclusão escolar não se resume a adaptações de materiais.

As estratégias de acessibilidade para aprendizes com TEA é um assunto que tem uma relevância social e precisa ser difundido e debatido no meio acadêmico e por toda a sociedade. Uma sociedade é equitativa quando todos independente de características tem a possibilidade de ter dignidade no cotidiano da vida.

Passo agora a propor algumas sugestões e o faço desprovida da intenção de apresentar uma receita com estratégias de acessibilidade, mas sim com o objetivo de apresentar algumas proposições baseadas no decorrer de minhas pesquisas, experiências e prática docente com crianças e adolescentes autistas dos diversos níveis de suporte.

## **SUGESTÕES PROPOSITIVAS**

Existem várias sugestões para acessibilidade de pessoas com deficiência, apesar de ainda necessitar de muita luta na efetivação. No entanto, quando se trata de acessibilidade para pessoas com o Transtorno do Espectro Autista percebe-se que esse é um assunto que muitos desconhecem o que nos mostra o quanto é preciso ter mais políticas públicas que definam mais claramente quais as acessibilidades e as tecnologias assistivas que possam favorecer a autonomia e a qualidade de vida para uma pessoa com TEA, independente do nível de suporte. Entendemos que quanto maior o nível de suporte, mais estratégias de acessibilidade e tecnologias assistivas a pessoa com TEA precisa cabendo aos profissionais que a acompanham fazer uso de um programa que contemple todas as estratégias necessárias ao estudante.

Para os alunos com TEA podemos afirmar que se faz urgente implantar no cotidiano escolar estratégias como a previsibilidade e a utilização da Comunicação Alternativa, através

delas eles poderão entender e expressar possibilitando a acessibilidade comunicacional. Também fortalecer o uso de material pedagógico personalizado as suas necessidades individuais (Lápis, estojo, borracha, cadernos, livros, etc) para efetiva participação promovendo a autonomia através acessibilidade instrumental. No que tange a acessibilidade arquitetônica, um ambiente organizado e estruturado as suas necessidades.

Para as escolas e professores sugerimos a implantação das estratégias de acessibilidade descritas nas estratégias catalogadas nas linhas abaixo:

### **ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA**

**Envolve todos os projetos e programas dentro da escola.**

- Inserir no Projeto Político da Escola o Plano de Inclusão Escolar. Neste deverá estar descrito como ocorrerá a inclusão escolar dos alunos com deficiência, com transtornos e com Altas Habilidades/Superdotação.
- Na elaboração dos projetos escolares, inserir como ocorrerá as adaptações necessárias para a plena participação do estudante com TEA.
- No Plano de Aula, contemplar as adaptações necessárias para que o estudante com TEA tenha acesso ao assunto e compreenda, além da forma que será avaliado seu entendimento sobre o que foi estudado, ver modelo no apêndice desta pesquisa.
- Elaboração do PEI – Plano de Ensino Individualizado com as metas anuais e as adaptações curriculares para o estudante com TEA. Neste plano, deverá ser contemplado o conhecimento e as habilidades que o estudante irá adquirir no ano letivo, os conteúdos adaptados, os recursos e estratégias de adaptações. (Caso o plano de aula seja acessível, este item será desnecessário.)
- Elaboração de um relatório semestral sobre o estudante, contemplando o registro do progresso das demandas educacionais e da trajetória escolar.
- Elaborar um Plano de Desenvolvimento Individual Escolar (PDI-E) com as acessibilidades necessárias para a inclusão do estudante no ambiente escolar e em sala de aula.

### **ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL**

**Recursos de comunicação alternativa ou aumentativa que eliminem as barreiras na comunicação. Possibilita ao estudante com TEA receber a informação e expressar-se dentro do contexto educacional.**

- Utilizar um sistema robusto de comunicação alternativa, a fim de oportunizar a comunicação receptiva e expressiva do estudante com TEA.
- Escolher recursos de CA de alta ou baixa tecnologia de acordo com o perfil do estudante.
- Utilizar agenda visual com a rotina da sala para o estudante com TEA, a agenda dará ao estudante previsibilidade do dia escolar.
- Utilizar cartões ou pranchas de comunicação alternativa para explicar o que será trabalhado.
- Utilizar cartões de comunicação com objetos da escola, para ampliar repertório comunicativo.
- Realizar história social para o cotidiano escolar.
- Utilizar um caderno de desenho meia pauta com imagens dos temas que serão abordados em sala, este mesmo caderno, servirá de apoio para o estudante com TEA expressar o que está sentindo durante a aula.
- Colocar a fonte dos textos no tamanho que o estudante entenda de forma clara.
- Utilizar imagens, desenhos, fotos, miniaturas, figuras para facilitar a comunicação em todo contexto escolar, possibilitando que o estudante com TEA, tenha fortalecido seu estilo visual de aprendizagem.
- Atividades sem imagens distratoras. As imagens devem favorecer a comunicação sobre o assunto.
- Pranchas de comunicação sobre os temas abordados para que o(a) estudante possa expressar-se durante as aulas.

## **ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL**

**Qualquer objeto ou materiais pedagógicos, tecnologias assistivas, materiais adaptados que possibilitem a autonomia dentro do ambiente escolar e a aprendizagem.**

- Utilizar recursos pedagógicos concretos e de fácil manuseio.
- O caderno do estudante com TEA poderá ser dividido por cor em cada matéria ou um fichário com as cores separadas por matéria.
- Aprendiz com muita força na mão utilizar lápis 2B, para os que escrevem muito leve utilizar lápis grafite B6 ou B8, preferencialmente os sextavados para facilitar a pega. Para os alunos iniciantes sugiro utilizar o lápis grosso e gradativamente migrar para o padrão.
- A borracha do estudante com TEA deverá ser uma que apague fácil, utilizadas em desenho, pois facilita na hora do atrito do papel e a borracha evitando o amassar e borrar na hora de apagar.
- Cola bastão ou cola líquida com o bico fino dosador para facilitar a saída da quantidade e evitar acidentes no papel.

- O estojo do estudante com TEA, deverá conter os lápis separados por categoria (hidrocor, lápis de cor, lápis de cera), organizado e de fácil manuseio independente do estudante.
- A lancheira e a bolsa escolar devem ser de fácil manuseio e que permitam autonomia ao estudante.
- As atividades de sala e de casa, devem ser livres de estímulos concorrentes, fontes entre 12 e 14, letra de forma bastão maiúscula, impressa de forma legível e em apenas um rosto da folha, com 1 ou no máximo 2 questões por página, e no máximo de 5 questões. (Essas dimensões podem ser alteradas de acordo com o perfil do estudante, mas em minha prática pedagógica são as que mais colaboram com os meus aprendizes.)
- As atividades devem ter imagens impressas de boa qualidade, o enunciado deverá ser destacado com a primeira palavra grifada em amarelo para destacar o que deverá ser realizado pelo estudante. O texto dos enunciados deverá apresentar-se de forma objetiva e de fácil entendimento para execução.
- As avaliações deverão seguir as mesmas orientações das atividades realizadas em sala ou em casa.
- Utilizar caixa com materiais pedagógicos como instrumento concreto durante as explicações das aulas.
- Durante atividades que o estudante apresente incômodos com ruídos, sugiro utilizar abafador de ruídos.
- Utilizar Tecnologias Assistivas, como: calculadora, tesoura adaptada, prancha de comunicação e material com textura que possibilite autonomia ao estudante.

## **ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA**

### **Acesso sem barreiras nos métodos, teorias e técnicas utilizadas em sala de aula e no contexto escolar.**

- O professor deverá utilizar de metodologias que utilizem imagens, objetos concretos e miniaturas para explicar os assuntos durante as aulas.
- Sugiro que utilize metodologias ativas e vivências para possibilitar maior interação ao conteúdo, considerando a teoria das inteligências múltiplas.
- Fomentar atividades do interesse do estudante em sala de aula, visando estimular o engajamento e a participação.
- Em alguns casos, é necessário falar o nome do estudante antes de dar algum comando de atividade. Servirá para acionar o nível de atenção voltado à atividade que está sendo proposta.

- Durante as explicações utilizar imagens e textos curtos para facilitar o entendimento do estudante.
- Implantar flexibilidade na temporalidade, sendo ampliado o tempo na execução das atividades e avaliações.
- A quantidade de conteúdo e de atividades deverão ser adaptadas de acordo com o perfil do aprendiz.
- O professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) visando o desenvolvimento de habilidades deverá utilizar metodologias ativas.
- As avaliações do estudante deverão ser adaptadas de forma que o conhecimento e as habilidades sejam identificados, essas adaptações poderão ser através de desenhos, atividades lúdicas, montagem de painéis, instrumentos interativos, audiovisuais e atividades de escrita.

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA/ FÍSICA / NATURAL: quando as barreiras nos espaços físicos urbanos ou na natureza são inexistentes.**

- Em sala de aula, a mesa e a cadeira do estudante deverão estar adequada ao seu tamanho, possibilitando o alcance dos pés no chão e uma boa postura.
- Também a mesa e cadeira do estudante devem estar localizadas de forma que o jovem autista se sinta confortável, nos casos dos autistas que precisam de um nível de suporte 1 ou 2, é bom perguntar se eles querem o apoio próximo ou um pouco afastado. Já para os com necessidades de suporte nível 2 e 3 sugiro que o apoio escolar fique próximo para casos emergenciais de ajuda.
- Para alguns estudantes a cadeira precisa estar fora do campo de visão da porta, pois pode ocasionar inquietações e comportamentos indesejados.
- É interessante que a sala tenha uma pintura de cor neutra e clara, com piso não derrapante.
- Observar se a iluminação da sala e a ventilação deixa o jovem com TEA desconfortável gerando comportamentos inquietos.
- Na maioria dos casos, os estudantes deverão ficar em um local próximo ao professor, onde facilite a interação. No entanto, alguns aprendizes não gostam de proximidade, optando por sentar-se ao final da sala para ter um campo de visão ampliado.
- Atividades em ambientes naturais com grama, árvores e ao ar livre podem ser uma excelente opção.
- Observar se o jovem é canhoto ou destro, caso a carteira seja de braço optar pela cadeira adequada.
- Para estudantes com TEA que se incomodam com excesso de informação, a sala deverá não estar poluída visualmente.

- A sala de aula deverá ter espaços organizados e definidos para as atividades, como também estarem visualmente identificadas.
- Os armários deverão estar em locais que não dificultem o acesso.

**ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: aquela sem barreiras na conduta ou ação, sendo uma prática pedagógica sem preconceitos, estigmas, estereótipos, capacitismo e discriminações.**

- No dia 2 de abril de cada ano promover uma ação de sensibilização sobre o TEA.
- Na semana da pessoa com deficiência, em agosto, realizar ações que sensibilizem sobre como, quais as características de uma pessoa com autismo e de como conviver com a diversidade humana.
- Cabe ao professor pensar na aula com atividades que promovam a inclusão e participação do estudante.
- O professor e o apoio escolar precisarão estar atentos aos comportamentos do estudante e as suas expressões faciais e gestuais durante as aulas.
- O professor sempre que perceber eventual necessidade do estudante, dirigir-se até a mesa para verificar alguma possibilidade de ajuda.
- O apoio escolar ou acompanhante terapêutico poderá ficar próximo ao estudante durante as explanações, mediando a entrada das informações com a comunicação alternativa, esse item pode não ser aplicado aos estudantes que expressarem não precisar.
- Durante o intervalo mediar atividades lúdicas, possibilitando o fomento da interação social.
- O apoio escolar, Acompanhante Terapêutico e professor sempre que perceberem uma inquietação do aprendiz, devem mostrar a rotina, combinar uma saída com tempo para retorno, retirá-lo de sala se for o melhor para o aprendiz e fazer uma atividade individual na sala do AEE ou em outro local que traga conforto e possibilite acomodação sensorial.
- O professor, o apoio e a comunidade escolar precisam adotar postura responsiva às necessidades específicas de cada aprendiz com TEA.
- Utilizar comportamentos empáticos sempre que estiver com pessoas com TEA.
- Observar o aprendiz para escolher estratégias eficazes ao aprendizado e ao desenvolvimento.
- Utilizar a pedagogia do afeto em sua prática profissional.
- A gestão escolar realizar capacitações para os professores e profissionais da escola sobre estratégias para inclusão escolar de pessoas com TEA.
- Matricular o aprendiz independente do grau de autismo.
- Desfazer-se de atitudes capacitista.

Assim, a partir dos resultados obtidos neste estudo além das sugestões citadas acima dividida por tipo de acessibilidade temos como sugestões propositivas para a sociedade, envolvendo familiares e professores, mais pesquisas sobre o assunto, fomento de formações sobre: Transtorno do Espectro Autista; Acessibilidade para inclusão escolar de pessoas com TEA; e Ensino Híbrido: o que é?. Também sugerimos a construção de uma política pública que defina o que seria acessibilidade para uma pessoa com TEA e um e-book com exemplos de acessibilidade dividido por dimensão para a inclusão escolar de aprendizes com TEA.

Observamos nesta pesquisa que os problemas vivenciados durante os anos pesquisados não fogem dos problemas atuais enfrentados. O ensino híbrido é algo que precisa ser melhor esclarecido para a sociedade, assim como o que é acessibilidade para uma pessoa com TEA. Sabemos que a política de proteção à pessoa com autismo em dezembro de 2022 completou 10 anos no Brasil (no estado de Pernambuco em abril de 2023 completará 08 anos e no estado da Paraíba em março do corrente ano completará 01 ano). Isso nos mostra que sob a influência da política pública nacional, os estados gradativamente estão construindo as garantias dos direitos da pessoa com TEA promovendo aos seus cidadãos a acessibilidade programática. Sem essas políticas tínhamos uma barreira invisível e muitos desconheciam as proteções. Porém, ainda existem muitas lacunas nas pesquisas sobre esse assunto e a efetivação das garantias estabelecidas nas políticas.

Uma sociedade informada é capaz de transformar, de eliminar as barreiras que impedem o desenvolvimento e a aprendizagem. A pessoa com TEA, os profissionais da escola, das terapias e os familiares que sabem identificar as acessibilidades necessárias para que a pessoa com TEA consiga vencer as dificuldades impostas pelas características do diagnóstico, possibilitam uma qualidade de vida para a própria pessoa diagnosticada e todos que estão ao seu redor.

Assim, concluímos que é muito importante a realização de mais pesquisas em torno desse assunto. Na verdade, ousamos dizer, que se faz mais que urgente, visto que de acordo com as estatísticas apresentadas por órgãos de controle podemos constatar o crescente índice de pessoas diagnosticadas com TEA. Também é necessário o envolvimento de todos os cidadãos, para que possamos ter equidade no cotidiano na vida de uma pessoa com TEA e a disseminação das estratégias de acessibilidade que eliminam as barreiras.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. P. F. C de; ANDRADE, F. M. C. **Receitas de brincadeiras: a arte de desenvolver vários tons de azul!**1.ed. Recife: O AUTOR, 2015.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello. **Ensino Híbrido: Personalização e tecnologia na educação** [recurso eletrônico] In: BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (orgs.). Porto Alegre: Penso, 2015. E-PUB

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERSH, R.; SARTORETTO, M.L. **Formação de Professores para a promoção e vivência da comunicação alternativa no contexto escolar**. Trilhando juntos a Comunicação Alternativa. In: DELIBERATO, Débora; NUNES, Débora Regina de Paula Nunes; GONÇALVES, Maria de Jesus (Orgs.). Trilhando juntos a comunicação alternativa. Marília: ABPEE, 2017, p. 197-204

BONOTTO, R. C. S. **Uso da comunicação alternativa no autismo: um estudo sobre a mediação com baixa e alta tecnologia**. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BRASIL. **LEI N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm) Acessado em:10 de jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **LEI N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em:19 de jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 12.852, de 05 agosto de 2013.** Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.. Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em: 19 de jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art112htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art112htm). Acesso em: 19 de jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.861, de 18 de julho de 2019.** Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos. Brasília, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13861.htm). Acesso em: 19 de jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Nota técnica

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192)

CAVALCANTI, H. H. C. de A. **ENSINO REMOTO: uma possibilidade de como e o que ensinar** - CAPÍTULO 4 – Reflexões e desafios das novas práticas docentes em tempos de pandemia [recurso eletrônico] / Organizadoras: Janine Marta Coelho Rodrigues, Priscila Morgana Galdino dos Santos. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Changes in prevalence of parent-reported autism spectrum disorder in school-aged U.S. children: 2007 to 2011-2012.** National Health Statistics Reports, 2013. Disponível em: [http://www.cdc.gov/spanish/meiosdecomunicacion/comunicadosp\\_transtorno\\_espectro\\_autista\\_0327.html](http://www.cdc.gov/spanish/meiosdecomunicacion/comunicadosp_transtorno_espectro_autista_0327.html). Acesso em: 19 de jan. 2020.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família.** Rio de Janeiro: Wak editora, 2012.

CUNHA, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas.** Rio de Janeiro: Wak editora, 2013.

DIAS, C. C. V. **Mães de crianças autistas: sobrecarga do cuidador e representações sociais sobre o autismo.** 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FONSECA, M. E. G.; CIOLA, J. de C. B. **Vejo e Aprendo: fundamentos do programa TEACCH. O ensino estruturado para pessoas com autismo.** 1 ed. Riberão Preto: Book Toy, 2014.

FREIRE, Paulo. **Conscientização teoria e prática da libertação: uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire.** 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 52 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GADIA, C. A.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N. T. **Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento.** J. Pediatra. Rio de Janeiro, v. 80, n. 2, p. 83-94, 2004. Disponível em: Acesso em: 19 de jan. de 2020.

GARCIAS, G. de L. Genética do Autismo. In: SCHMIDT, C (org) **Autismo, educação e transdisciplinaridade.** Campinas, SP: Papyrus, 2013.

MESQUITA, L. S. de. **O acesso do surdo ao ensino superior: limites e avanços das políticas educacionais de inclusão.** 2013. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

NUNES, D. R. **Comunicação Alternativa e ampliada para pessoas com autismo** In: SCHMIDT, C (org) **Autismo, educação e transdisciplinaridade.** Campinas, SP: Papyrus, 2013.

NUNES, D. R. DE P., AZEVEDO, M. Q. O. DE, & SCHMIDT, C. (2013). **Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura.** *Revista Educação*

*Especial*, 26(47),p.557–572, 2013.<https://doi.org/10.5902/1984686X10178> Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/10178>. Acesso em: 28. ago.2022

NUNES, D.R.P.; SCHMIDT, C. **Educação especial e autismo: práticas baseadas em evidências à escola**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 49, n. 173, p. 84-104, 2021. Disponíveis em <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5494>. Acesso em 28.ago.2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE [OMS] **CID-10 Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. 3 ed. Rio de Janeiro: Walk Ed, 2012.

ORRÚ, S. E. **Aprendizes com Autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaço não excludentes**. 2ª edição atualizada e ampliadas – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

ORRÚ, S. E. O perigo da supervalorização do diagnóstico:: rótulos introdutórios ao fracasso escolar de crianças com autismo. **Revista Gestão & Saúde**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1419–1429, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/192>. Acesso em: 23 out. 2022.

PERISSINOTO, J. **Diagnóstico de linguagem em crianças com Transtornos do Espectro Autístico**. In: Ferreira LP, Befi Lopes DM, Limongi SCO, organizadores. Tratado de fonoaudiologia. São Paulo: Roca; 2004. p. 933-40.

POKER, R. B. et al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. Marília: Cultura Acadêmica; São Paulo: Oficina Universitária, 2013.

RODRIGUES, J. M. C.; SANTOS, P. M. G. **Reflexões e desafios das novas práticas docentes em tempos de pandemia** [recurso eletrônico] João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

RODRIGUES, J. M. C; GEGLIO, P. C. (Org s.). **Contribuição das Ideias de Educadores Brasileiros para a Formação Docente**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016.

RODRIGUES, J. M. C; Spencer, E. **A criança autista: um estudo psicopedagógico**. 2 ed Rio de Janeiro: Wak editora, 2015.

SASSAKI,R.K. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI,R.K.**Inclusão: Construindo uma sociedade para todos** .Rio de Janeiro: Editora WVA,2013.

SCHMIDT, C. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. In: SCHMIDT, C (org) Autismo, educação e transdisciplinaridade. Campinas, SP: Papirus, 2013.

SCHWARTZMAN, J. S.; ARAUJO, C. A. **Transtorno do Espectro Autista – TEA**. São Paulo: Ed. Memmon, 2011.

STAINBACK, S; STAINBACK, W.**Inclusão: um guia para educadores**; tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TAVARES, A. da S; RODRIGUES, J. M. C; VIANA, S. A. A. **As contribuições da leitura crítica freireana para a educação básica no Brasil**. **Revista Internacional de Formação de Professores**, [S.l.], p. 292-302, jul. 2018. ISSN 2447-8288. Disponível em: <<https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/view/1266>>. Acesso em: 15. jan. 2021.

TURATO, E. G. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes.2003.

VENDRAMIN, C. **Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo**. Anais do III Simpósio internacional repensando mitos contemporâneos.Unicamp: Campinas, SP. <https://www.publonline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389/4393>. 2019. Acesso em 15.01.2021

## APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO ENVIADO PELO GOOGLE FORMS

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

Seção 1 de 5

### PESQUISA sobre: O jovem autista: estratégias de acessibilidade no ensino híbrido nas capitais da Paraíba e de Pernambuco em 2020/2021”

Olá, me chamo Ana Cláudia e sou mestranda do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal da Paraíba. (PPGE/UFPB)  
 Segue abaixo o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, peço sua ajuda para após a leitura e aceite do termo siga respondendo o questionário.  
 Sua participação é muito importante para encontrarmos estratégias de acessibilidade para adolescentes e jovens com Transtorno do Espectro Autista no ensino híbrido.  
 Muito obrigada!

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezada(o) entrevistada(o),

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezada(o) entrevistada(o),

Esta pesquisa é sobre **O JOVEM AUTISTA: ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO HÍBRIDO NAS CAPITALS DA PARAÍBA E DE PERNAMBUCO EM 2020/2021** e está sendo desenvolvida pela pesquisadora **ANA CLÁUDIA PRAZERES FRANÇA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profa. **Dra. JANINE MARTA COELHO RODRIGUES**.

Seu **objetivo principal** é analisar as estratégias de acessibilidade adotadas no ensino híbrido pelos professores e familiares de adolescentes e jovens com autismo nas capitais da Paraíba e Pernambuco em 2020/2021. Os objetivos específicos são: Investigar as estratégias de acessibilidade utilizadas pelos professores e familiares no ensino híbrido dos adolescentes e jovens com autismo; Identificar as dificuldades encontradas e as estratégias utilizadas para superação do desafio do ensino híbrido; Analisar os sentidos associados à acessibilidade, considerando o contexto e as relações de cada grupo; Catalogar estratégias de acessibilidade praticadas por professores e familiares para os adolescentes e jovens autistas no ensino híbrido. Como finalidade deste trabalho pretendemos identificar as atividades desenvolvidas no ensino híbrido e principalmente como familiares e professores elaboraram a ideia de ensino híbrido, traçaram as estratégias e estruturaram sua aplicabilidade para atender os adolescentes e jovens autista. Como benefício, esta pesquisa ao final irá propor um catálogo com estratégias de acessibilidade para os adolescentes e jovens com Transtorno do Espectro Autista no ensino híbrido.

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

Solicitamos a sua colaboração em responder o questionário a seguir, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados seu nome será mantido em sigilo.

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde. No momento do preenchimento do questionário poderá ocorrer um desconforto psicológico (constrangimento) e, para que isso seja evitado, você poderá escolher não responder à pergunta.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o/a senhor/a não é obrigado/a a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela mestranda. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

A pesquisadora responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido/a e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Contato da pesquisadora responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com ANA CLÁUDIA PRAZERES FRANÇA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, através do whatsapp (81) 981302510 ou por E-mail: anaclaudia.mestradoufpb@gmail.com.

Ajuda e feedback

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

PRAZERES FRANÇA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, através do whatsapp (81) 981302510 ou por E-mail: anaclaudia.mestrado@pb@gmail.com.

Após ter lido o TCLE acima, você aceita participar da pesquisa?

Múltipla escolha

Sim  Continuar para a próxima seção

Não  Enviar formulário

Adicionar opção ou [adicionar "Outro"](#)

Obrigatória

Após a seção 1 Continuar para a próxima seção

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

Após a seção 1 Continuar para a próxima seção

Seção 2 de 5

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Descrição (opcional)

Você é pai, mãe, responsável, professor, acompanhante escolar ou um estudante com autismo entre 12 e 29 anos?

Sim

Não

docs.google.com/forms/d/1Ltq6o-1DaxSjEwnNAdnNrHbsuYv8QOmm15hK0XWhA/edit

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

Este adolescente ou jovem estuda em uma escola na cidade do/de:

Recife/PE

João Pessoa/PB

Qual a sua relação com o estudante com autismo?

Pai

Mãe

Professor(a)

O próprio estudante

Acompanhante Escolar

Outros...

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

Seção 3 de 5

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Descrição (opcional)

Se professor(a), qual a disciplina que você ministra?

Texto de resposta curta

Após a seção 3 Continuar para a próxima seção

Seção 4 de 5

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Descrição (opcional)

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

Qual a idade do jovem autista?

Texto de resposta curta

Qual a renda familiar do jovem autista?

- Menos de um salário mínimo
- Um salário mínimo (R\$ 1.100,00)
- Até dois salários mínimos (R\$ 2.200,00)
- Até três salários mínimos (R\$ 3.300,00)
- Até quatro salários mínimos (R\$ 4.400,00)
- Até cinco salários mínimos (R\$ 5.500,00)
- Acima de cinco salários mínimos (R\$5.501,00)

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

Qual o perfil da instituição que o jovem estuda?

- Pública Municipal
- Pública Estadual
- Pública Federal
- Privada

Qual o nível de ensino no qual o(a) jovem com autismo está inserido(a)?

- Fundamental II
- Ensino Médio
- Educação Superior
- Curso Técnico

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

Qual a série do ensino regular o adolescente e jovem com TEA estuda?

Texto de resposta curta

Qual o gênero do adolescente e jovem com TEA?

Masculino

Feminino

Em poucas palavras, O que você entende por ensino híbrido?

Texto de resposta longa

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

Na sua opinião, é possível a inclusão de adolescentes e jovens com TEA no ensino híbrido?

Sim

Não

Em poucas palavras, explique sua resposta:

Texto de resposta longa

Quais os desafios encontrados no ensino híbrido?

Texto de resposta longa

Após a seção 4 Continuar para a próxima seção

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

Após a seção 4 Continuar para a próxima seção

Seção 5 de 5

Complemente as frases:

Descrição (opcional)

Para mim acessibilidade é... \*

Texto de resposta longa

Acessibilidade Arquitetônica é quando não existem barreiras físicas no ambiente. Durante o ensino híbrido as estratégias que realizamos no ambiente foram... \*

Texto de resposta longa

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

Acessibilidade Programática é quando não existem barreiras invisíveis embutidas nos textos, \* nas normas, documentos, planejamentos, plano de desenvolvimento, planos de aula, entre outros. Durante o ensino híbrido as estratégias que realizamos foram...

Texto de resposta longa

Acessibilidade atitudinal ou cultural é quando não existem barreiras resultantes de preconceitos, estigmas e discriminações. Durante o ensino híbrido as estratégias que realizamos foram...

Texto de resposta longa

Acessibilidade comunicacional é quando não existem barreiras na comunicação. Durante o ensino híbrido as estratégias que realizamos foram...

Texto de resposta longa

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

Acessibilidade instrumental é quando não existem barreiras nos instrumentos, tecnologias, materiais pedagógicos. Durante o ensino híbrido as estratégias que realizamos foram...

Texto de resposta longa

Acessibilidade metodológica é quando não existem barreiras nos métodos, teorias e técnicas. Durante o ensino híbrido as estratégias que realizamos foram...

Texto de resposta longa

Com uma palavra complemente essa frase: \*  
O ensino híbrido para o adolescente / jovem com TEA aprendente foi...

Texto de resposta longa

Pesquisa sobre ensino híbrido e inclusão escolar de jovens com TEA

Perguntas Respostas 28 Configurações

Durante o ensino híbrido as estratégias que realizamos foram...

Texto de resposta longa

Com uma palavra complemente essa frase: \*  
O ensino híbrido para o adolescente / jovem com TEA aprendente foi...

Texto de resposta longa

Obrigada pela sua atenção!  
Se desejar receber após o termino da dissertação os resultados obtidos nesta pesquisa peço que deixe seu e-mail abaixo.

Texto de resposta longa

## APÊNDICE 2 – MODELO DE PLANO DESENVOLVIMENTO INDIVIDUALIZADO ESCOLAR (PDI-E)

(Modelo utilizado na minha prática profissional para definir as acessibilidades de acordo com cada deficiência. Nesta pesquisa o modelo em anexo foi pensado para um estudante com TEA, incluso no ensino regular, as estratégias citadas são exemplificativas, pois cada acessibilidade será definida de acordo com o perfil do estudante. Quando o estudante não necessitar de um tipo de acessibilidade deverá ser colocado não aplicado.)

### Logomarca da escola

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL ESCOLAR – PDI-E

Este Plano de Desenvolvimento Individual tem como objetivo nortear a inclusão escolar.

### IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE

**Estudante:**

**Filiação:**

**Contatos:**

**NEE/ Diagnóstico:** Transtorno do Espectro Autista

**Série:**

**Professor da sala regular:**

**Professora da sala do AEE:**

**Coordenadora:**

**Apoio Escolar:**

**Frequência:** Segunda a sexta-feira no turno da manhã (07:15 às 11:35, exceto segundas e sextas a saída será às 11:50).

### PERFIL DO ESTUDANTE

Elaborado após entrevista com a família, observação em sala de aula e ambiente externo a sala de aula, escuta da fala do apoio pedagógico, da coordenação e da direção da escola.

Alicerçado no perfil do estudante, nas teorias de inclusão escolar e dimensões da acessibilidade, nas legislações vigentes, principalmente no decreto 10.502/2020 que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida e na Política Nacional Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (12.764/2012).

O estudante XXXXXXXXXXXX estará incluso em sala regular e será envolvido em todas as atividades escolares, exceto quando suas necessidades individuais não permitir. Neste caso será respeitado o seu perfil e ocorrerão as adaptações necessárias para seu pleno desenvolvimento e aprendizagem.

Percepção Sensorial: XXX

Atenção: Mantém nível de concentração satisfatório e compreende informações.

Memória: Auditiva, Visual e Verbal

Raciocínio lógico: compreende o que se pede, realiza sequência lógica, etc.

Desenvolvimento e Capacidade motora/lateralidade: não apresenta dificuldade motora fina e ampla. O estudante é canhoto.

Área emocional o estudante não brinca com outras crianças, mas permanece próximo. Reconhece seus professores e colegas. Apresenta autoagressão.

Área de Linguagem: utiliza de ecolalia e de gestos para se comunicar. De acordo com a matriz de comunicação: obtém, nega, mas não informa e socializa.

### **ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE XXXXX**

**ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA: envolve todos os projetos e programas dentro da escola.**

Neste campo o professor do AEE e equipe pedagógica citará todas as ações que possibilitarão evitar as barreiras invisíveis.

Ex: - O Projeto Político Pedagógico contempla o direcionamento da inclusão escolar.

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL: acesso sem barreiras a comunicação. Possibilita ao estudante com TEA receber a informação e a expressar-se.**

- Utilizar comunicação alternativa para ampliar a comunicação receptiva e expressiva de XXXXX.
- Utilizar agenda visual com a rotina da sala para XXXXX, ela dará ao estudante previsibilidade do dia escolar.
- Utilizar cartões de comunicação com objetos da escola para ampliar repertório comunicativo.
- Realizar história social para ilustrar o que está sendo oralizado durante a aula.
- Fazer um caderno de desenho com imagens dos temas que serão abordados em sala, este mesmo caderno servirá de apoio para XXXXX expressar o que está sentindo durante a aula.
- Utilização de fonte 14 arial para as atividades e avaliações escritas.
- Utilizar imagens, desenhos, fotos, miniaturas, figuras para facilitar a comunicação em todo contexto escolar, possibilitando que XXXXXX tenha fortalecido seu estilo visual de aprendizagem.
- As atividades de sala e de casa devem ser livres de estímulos concorrentes, fonte 14, letra de forma bastão maiúscula, impressa de forma legível e em apenas um rosto da folha, com 1 ou no máximo 2 questões por página, e no máximo de 5 questões. Ter imagens impressas de boa qualidade, o enunciado deverá vir com a primeira palavra grifada em amarelo para destacar o deverá ser realizado na atividade. O texto dos enunciados deverá vir de forma objetiva e de fácil entendimento para execução.

**ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL: materiais didáticos adequados e tecnologias assistivas que possibilitem a autonomia e aprendizagem dentro do ambiente escolar.**

- Utilizar recursos concretos ou miniaturas para melhor compreensão do assunto.
- O caderno de XXXXXX deverá ser dividido por cor em cada matéria ou um fichário com as cores separadas por matéria.
- Lápis grafite B6 ou B8 sextavado.
- A borracha de XXXXXX deve ser a apaga especial dust free.

- Cola bastão
- O estojo de XXXXX deverá ter os lápis separados por categoria (hidrocor, lápis de cor, lápis de cera), organizado e de fácil manuseio durante a aula.
- A lancheira e a bolsa escolar devem ser de fácil manuseio e que permitam autonomia ao estudante.
- As avaliações deverão seguir as mesmas orientações das atividades de sala e de casa.
- Para atividades que tenham ruídos altos, mesmo que aparentemente o estudante não demonstre incômodo, sugiro utilizar abafador de ruídos.
- Utilizar Tecnologias Assistivas, como: calculadora, tesoura, prancha de comunicação e material com textura que possibilite autonomia ao estudante.
- Utilizar caixa com materiais pedagógicos lúdicos para servir como instrumento de exemplo durante as metodologias utilizadas.

**ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA: acesso sem barreiras nos métodos, teorias e técnicas utilizadas em sala de aula e no contexto escolar.**

- O professor deverá utilizar de metodologias que utilizem imagens, objetos concretos e miniaturas para explicar os assuntos durante as aulas.
- Sugiro que utilize metodologias ativas e vivências para possibilitar maior interação de XXXXXX ao conteúdo.
- Fomentar atividades em sala de aula que estimule a participação de XXXXXXXXX.
- Quando for falar algo em sala, antes de pedir ou perguntar, falar o nome do estudante. Para acionar o nível de atenção da atividade que está sendo proposta.
- Durante as explicações utilizar imagens e textos curtos para facilitar o entendimento do estudante.
- O estudante deverá ter flexibilidade na temporalidade, sendo ampliado, durante a execução das atividades.
- O estudante deverá ter adaptação da quantidade de conteúdo e de atividades.
- O Estudante deverá ser atendido pelo professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no mínimo uma vez por semana para desenvolvimento de habilidades.
- As avaliações do estudante deverão ser adaptadas de forma que o conhecimento e as habilidades sejam identificadas, essa adaptação poderá ser através de desenhos, atividades lúdicas, montagem de painéis, instrumentos interativos, audiovisuais e atividades de escrita.
- A frequência na sala de recursos ocorrerá duas vezes por semana e terá o atendimento no AEE por 50 minutos.
- As avaliações escolares serão aplicadas na mesma sala com os demais estudantes e seguirá o calendário regular. Como estratégia o professor poderá utilizar de observação durante as aulas e mediar quando estiver sendo realizada.
- No dia a dia escolar o estudante necessita de previsibilidade antes e durante as transições.

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: possibilitar o acesso sem barreiras físicas.**

- A mesa e cadeira do estudante deverá estar adequada ao seu tamanho, possibilitando o alcance dos pés no chão e uma boa postura.
- A mesa e cadeira do estudante deverá estar próxima ao apoio escolar e em um local de fácil acesso de saída.
- Iluminação e ventilação adequada para o processo de ensino-aprendizagem.
- O estudante deverá ficar em um local próximo ao professor, onde facilite a interação.

**ACESSIBILIDADE NATURAL: acesso sem barreiras nos espaços da natureza.**

- Promover atividades em ambientes naturais com grama, árvore e ao ar livre.

**ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: acesso sem barreiras resultantes de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.**

- Promover em agosto de 2022 a semana da pessoa com deficiência com ações que sensibilizem sobre como tratar as pessoas com necessidades especiais e de como conviver com a diversidade humana.
- No dia 2 de abril de cada ano promover uma ação sobre o TEA.
- O professor e o apoio escolar precisarão estar atentos aos comportamentos do estudante e as suas expressões faciais durante as aulas.
- O professor deverá ir até a mesa do aluno para verificar eventual necessidade durante as atividades.
- O apoio escolar deverá ficar próximo ao estudante durante as explicações, mediando a entrada das informações com a comunicação alternativa.
- Durante o recreio mediar atividade lúdicas, possibilitando o fomento da interação social.
- O apoio escolar sempre que perceber uma inquietação do estudante, mostrar a rotina, combinar com o estudante uma saída com tempo para retorno, tira-lo de sala e fazer uma atividade individual na sala do AEE ou em outro local que traga conforto e possibilite acomodação sensorial ao estudante.
- O professor, o apoio e a comunidade escolar deverão adotar postura responsiva as necessidades especiais do XXXXXXXXX

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As estratégias de acessibilidade aqui proposta têm como objetivo eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização. Este plano de desenvolvimento individual escolar (PDIE) é resultado de três meses de levantamento e estudo do perfil do estudante, neste identificamos os potenciais do estudante, as barreiras vivenciadas e as condições que concorrem para sua aprendizagem, desenvolvimento e inclusão escolar com equidade. Como instrumento norteador poderá sofrer alterações caso haja mudanças no perfil do estudante durante o semestre.

O presente instrumento foi elaborado pela Educadora Especial e professora do AEE em conjunto com a família e a comunidade escolar, terá validade de 06 meses a contar desta data. Para esclarecimento de possíveis dúvidas favor entrar em contato.

Recife, xxx de xxx de 2021

**Nome da Professora do AEE**

Especialista em AEE e Educação Especial

### APÊNDICE 3 – MODELO DE PLANO DE AULA SALA REGULAR INCLUSIVA

**Pensando na acessibilidade programática o professor ao elaborar o Plano de Aula eliminará as barreiras invisíveis.**

<b>Plano Sala de Aula Regular Inclusivo</b>	
<b>Turma</b>	Definir a série e se houver alunos com necessidades educacionais específicas identificar o tipo.
<b>Disciplina</b>	Qual a matéria ministrada?
<b>Tema</b>	O que será abordado na aula
<b>Conteúdo</b>	Relacionado ao tema
<b>Habilidades</b>	Escolher as habilidades alinhadas a BNCC
<b>Objetivos</b>	O que os alunos precisam aprender na aula.
<b>Objetivos Individualizados para os alunos NEE</b>	Caso tenha algum aluno com NEE definir o objetivo individualizado para cada estudante. Exemplo: João (TEA) - Definir o que precisa aprender na aula.
<b>Duração</b>	Tempo da aula
<b>Recursos didáticos</b>	Quais os materiais serão necessários para ministrar a aula?
<b>Tecnologia Assistiva</b>	Quais os recursos e serviços que os alunos com NEE precisarão para estarem inclusos?
<b>Procedimentos Metodológico</b>	Quais as estratégias motivadoras que o professor utilizará para mediar o conhecimento para todos os alunos. Neste momento se houver atividades essas deverão ser adaptadas de forma adequada a todos os perfis dos alunos.
<b>Avaliação</b>	Como o professor avaliará a turma?
<b>Avaliação para os alunos NEE</b>	Como o professor avaliará cada aluno com NEE?
<b>Referências</b>	Referências utilizadas para elaboração da aula

**ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA AMA-GETID**



**TERMO DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução da pesquisa intitulada: "O JOVEM AUTISTA: ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO HÍBRIDO NAS CAPITALS DA PARAÍBA E DE PERNAMBUCO EM 2020/2021", a ser desenvolvida pela aluna ANA CLÁUDIA PRAZERES FRANÇA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO do CENTRO DE EDUCAÇÃO, da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), sob orientação da Prof. Dra. JANINE MARTA COELHO RODRIGUES.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso em verificar seu desenvolvimento para que se possa cumprir os requisitos das Resoluções 466/12, 510/16 e da Norma Operacional 001/13, todas do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, como também, no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para garantia de tal segurança e bem-estar.

Igualmente informamos que para ter acesso à coleta de dados nesta instituição, fica condicionada à apresentação à direção da mesma, da **CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DO PRESENTE PROJETO DE PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA QUE ANALISOU E APROVOU O MESMO**. Tudo como preconiza as Resoluções 466/12, Resolução 510/16 e a Norma Operacional 001/13, todas do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Assinatura do Responsável  
Nome completo do responsável: Emerson Ricardo Pina C. de Albuquerque  
CPF: 653.469.714-91  
CNPJ: 17.595.912/0001-56  
Carimbo

Recife/ PE, 10 de outubro de 2022.

**ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA A-IMA****TERMO DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução da pesquisa intitulada: "O JOVEM AUTISTA: ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO HÍBRIDO NAS CAPITAIS DA PARAÍBA E DE PERNAMBUCO EM 2020/2021", a ser desenvolvida pela aluna ANA CLÁUDIA PRAZERES FRANÇA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO do CENTRO DE EDUCAÇÃO, da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. JANINE MARTA COELHO RODRIGUES.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso em verificar seu desenvolvimento para que se possa cumprir os requisitos das Resoluções 466/12, 510/16 e da Norma Operacional 001/13, todas do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, como também, no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para garantia de tal segurança e bem-estar.

Igualmente informamos que para ter acesso à coleta de dados nesta instituição, fica condicionada à apresentação à direção da mesma, da CERTIDÃO DE APROVAÇÃO (PARECER CONSUBSTANCIADO) DO PRESENTE PROJETO (PROTOCOLO DE PESQUISA), PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA QUE ANALISOU E APROVOU O MESMO. Tudo como preconiza as Resoluções 466/12, Resolução 510/16 e a Norma Operacional 001/13, todas do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

João Pessoa/PB, 10 de outubro de 2022.

Assinatura do Responsável  
Nome completo do responsável: Angélica Cordeiro Araújo  
CPF: 703774864-18  
CNPJ: 30796419-0001-62  
Carimbo